

Quem disse ?

«Não se viu uma única personalidade cultural do Porto manifestar-se contra mim»

Manuel Maria Carrilho
Visão, 27 de Janeiro

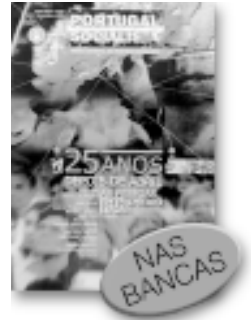
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1050 3 FEVEREIRO 2000 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



União Europeia Adverte a Áustria

Racismo e xenofobia nunca mais

«Queremos dar um sinal muito claro à Europa e ao mundo que não toleramos valores como aqueles que, infelizmente, repetidas vezes têm vindo a ser assumidos pelo líder do chamado Partido da Liberdade austríaco.» Foi com estas palavras que o primeiro-ministro e presidente em exercício da União Europeia explicou a decisão tomada segunda-feira por 14 Estados-membros da União Europeia, que decidiram suspender todos os contactos políticos oficiais bilaterais com a Áustria, caso se confirme que o novo governo de Viena venha a integrar o partido de extrema-direita de Joerg Heider.

Além destas medidas, a União Europeia resolveu não prestar apoio aos candidatos austríacos para cargos em organizações internacionais. Os embaixadores austríacos nas capitais da União Europeia também só serão recebidos a nível técnico. De resto, a situação política na Áustria motivou já o cancelamento de uma deslocação a Viena do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, na qualidade de representante da presidência em exercício da União.

Como sublinhou António Guterres, a decisão da União Europeia não constitui uma interferência nos assuntos internos da Áustria. «O que dizemos é que nada poderá ficar na mesma. Não poderá haver um relacionamento normal com um Governo de que faça parte um partido que tem repetidas vezes, de forma sistemática, negado os valores de tolerância e de democracia que para nós são valores essenciais».

Numa referência a uma das grandes ameaças da extrema-direita austríaca, o primeiro-ministro lembrou que «Portugal tem muitos portugueses em países da União Europeia que são emigrantes. Nós não queremos ver esses portugueses mal tratados por serem estrangeiros. É preciso emitir um sinal muito claro de que comportamentos de carácter racista ou xenóforo não são tolerados», acrescentou o chefe do Governo. Entretanto, o Presidente da República que tem agendada uma visita de Estado à Áustria, de 1 a 3 de Março, aguarda o evoluir da situação política austríaca para ver se mantém a deslocação.

Governo e PS advertem a oposição para a necessidade de bom-senso

Orçamento de crescimento e com maiores investimentos sociais

economómico

O Orçamento do Estado de 2000 demonstra que Portugal irá continuar a ter um ritmo de crescimento económico superior à média dos países da União Europeia (3,3 por cento), ao mesmo tempo em que se verificará uma redução do défice para 1,5 por cento e uma descida dos impostos dos contribuintes cumpridores das suas obrigações fiscais. Assistir-se-á a um desagravamento significativo do IRC (menos dois por cento) e a uma descida real nos escalões mais baixos do IRS.



Sociedade & País

Sócrates anuncia Água e saneamento vão ter 840 milhões nos próximos seis anos



O ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou no dia 31 que, até 2006, vão ser investidos 840 milhões de contos nos sectores do abastecimento de água e tratamento de esgotos, para que Portugal atinja os padrões europeus.

Sociedade & País

Rendimento Mínimo Garantido - Balanço Beneficiadas 420 mil pessoas



Rendimento Mínimo Garantido (RMG) abrange actualmente cerca de 420 mil pessoas. As garantias são dadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Em Dezembro do ano passado, o número de famílias beneficiárias do programa era de 144 984, o que representa um aumento de 31,31 por cento face a igual mês de 1998.



OE/2000: Mais investimento social

O Orçamento de Estado para 2000 (OE/2000), apresentado pelo executivo de António Guterres na passada semana, tem vindo a gerar nos partidos da oposição, com assento parlamentar, a já habitual e tradicional polémica sobre a sua qualidade, o aumento dos impostos e das receitas. O Orçamento de Estado tem, para esta oposição, a particularidade de constituir mais oportunidade de crítica destrutiva à actuação do Governo Socialista, sobretudo este ano em que a discussão do Orçamento coincide com a campanha eleitoral para o Congresso do PSD. Tempos difíceis se avizinham pois, os três candidatos à liderança do PSD lançaram-se numa competição irresponsável sobre quem fala mais mal do Governo e deste orçamento, o que demonstra a enorme intranquilidade que reina actualmente no PSD.

O Partido Socialista nunca se mostrou indisponível para reavaliar algumas das medidas propostas no Orçamento de Estado, antes pelo contrário. O espírito de abertura e de diálogo, sempre foram características dos executivos de António Guterres, mas isso nunca significou cedências que viessem desvirtuar a proposta de Orçamento apresentada pelo Governo e impedir que Portugal cumpra o pacto de estabilidade.

O mesmo se passa actualmente. António Guterres já referiu que se encontra disponível para avaliar as propostas da oposição que tenham um carácter construtivo e que possam melhorar substancialmente a actual proposta de orçamento.

Esta mesma disponibilidade já foi aliás demonstrada pelo Partido Socialista, esta semana, no final da reunião da Comissão Permanente, quando o vice-presidente da bancada do PS, José Junqueiro, abriu a porta a um possível acordo com o PP em matéria de convergência de pensões, durante a discussão na generalidade, do OE/2000.

Saliente-se que as políticas sociais têm sido e vão continuar a ser uma das prioridades do actual executivo, razão pela qual o presente orçamento volta a contemplar um forte investimento nas áreas sociais mais sensíveis como a Saúde, a Educação, a Segurança Social e a Justiça. Recorde-se que nos cinco anos de gestão socialista a despesa social cresceu de 45 por cento do total para os actuais 56 por cento.

O OE/2000 contempla, mais uma vez, um crescimento económico superior à média dos países da União Europeia, o que vem ao encontro das promessas do executivo em recuperar o atraso que ainda nos separa dos países do centro da Europa no espaço de uma geração. Saliente-se, ainda, que paralelamente se continuará a verificar uma descida dos impostos dos contribuintes cumpridores das suas obrigações fiscais.

Perante o quadro orçamental apresentado pelo ministro da Economia e das Finanças, na semana passada na Assembleia da República, a não aprovação do Orçamento de Estado, quatro meses depois de os portugueses terem dado 44 por cento dos votos ao Partido Socialista, provocaria uma terrível situação de instabilidade interna num momento em que Portugal se encontra à frente da presidência da União Europeia.



SECTOR PÚBLICO COMO MOTOR DO CRESCIMENTO ECONÓMICO

«Mudar de Governo e de política – uma exigência da maioria dos portugueses perante a inoperância e o fracasso da política da AD.» Este era o principal título de primeira página do «Acção Socialista» de 4 de Fevereiro de 1982, numa alusão a uma afirmação proferida pelo camarada Mário Soares no grande comício do PS no Pavilhão dos Desportos, em que também usaram da palavra os camaradas Jorge Sampaio, Manuel Alegre, Beja Santos e César Oliveira.

O «Acção Socialista» dedicava três páginas a este grande comício onde milhares de socialistas de punho erguido e com as nossas bandeiras vermelhas aplaudiram com a força da razão e do coração os camaradas-oradores que exigiram uma nova política económica e social centrada na defesa do sector público da economia, dos direitos dos trabalhadores e do aprofundamento dos direitos sociais.

Como nota dominante nos discursos dos camaradas a necessidade de uma mudança de Governo face à

incapacidade da AD, afogada em lutas internas, de resolver a grave crise económica do País.

J. C. C. B.

4 de Fevereiro

Quem Disse?

«Não é destruindo o sector público que se defende a democracia – é reformando-o, protegendo-o, tornando-o o motor de um crescimento económico voltado para a satisfação das necessidades básicas da população»

Manuel Alegre



Carrilho responde a autarca do PSD «Trabalhar com património e com betão não é a mesma coisa»

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, respondeu no dia 28 às críticas do presidente da Câmara de Viseu sobre os atrasos que os trabalhos arqueológicos provocam nas obras da cidade afirmando que «quem quer salvar património trabalha com temporalidades diferentes do betão». Depois de várias críticas feitas pelo autarca laranja Fernando Ruas sobre os alegados atrasos provocados pelas sondagens arqueológicas na construção de um parque de estacionamento subterrâneo, Manuel Maria Carrilho admitiu que «esta é uma situação que vai ser analisada pelo

Ministério da Cultura».

As sondagens arqueológicas em obras situadas em áreas específicas são impostas por lei e, se estes trabalhos iniciais detectarem a presença de vestígios, como foi o caso de Santa Cristina, a lei obriga ainda a um acompanhamento contínuo. «Não nos podemos esquecer que a questão levantada pelo presidente da Câmara de Viseu, ele próprio o admitiu, já está ultrapassada, mas é natural que sejam tomadas em consideração as necessidades de tornar mais céleres estes tipos de trabalho», adiantou o ministro.

Pacto para a modernização do parque habitacional é globalmente positivo

O pacto para a modernização do parque habitacional anunciado pelo ministro Jorge Coelho está a ser recebido com agrado pelos autarcas.

O camarada Vasco Franco, vereador da Câmara Municipal de Lisboa (CML) com o pelouro da Habitação, Vasco Franco, considerou que o pacto, que envolve o Governo, câmaras municipais e particulares, é «globalmente positivo». Acrescentou que «dá passos muito importantes especialmente nas condições de financiamento à reabilitação urbana nas intervenções públicas e privadas».

O vereador adiantou que as medidas anunciadas por Jorge Coelho constituem também «mais um passo na resposta a situações de edifícios em risco de ruína», muitos dos quais se encontram praticamente desocupados. No entanto, como tem havido «falta dos instrumentos legais» para actuar, «os



prédios acabam muitas vezes por cair com moradores lá dentro», acrescentou. O vereador da CML concluiu a sua reacção, salientando não ter visto desde já tratada uma questão relacionada com prédios em risco de ruína, que se encontram devolutos e cujos proprietários «não tomam a decisão de demolir e construir de novo». «Espero que este assunto de grande importância esteja a ser estudado noutra sede», sublinhou Vasco Franco.

Rendimento Mínimo Ministério garante maior controlo

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade garantiu no dia 28 que está a resolver os problemas apontados pelo Tribunal de Contas ao programa de Rendimento Mínimo Garantido.

Em comunicado, o ministério de Ferro Rodrigues afirma ter recebido o relatório final «de auditoria aos sistemas de atribuição e controlo do Rendimento Mínimo Garantido» e refere que «o Tribunal de Contas detecta um conjunto de problemas que, em boa parte, já estão a ser respondidos na prática».

Segundo o ministério, as principais críticas da instituição liderada por Alfredo de Sousa prendem-se com «deficiências do sistema de controlo interno, essencialmente, no que se refere à qualidade e à quantidade dos recursos humanos» afectos ao programa e «à adequação da aplicação informática»



utilizada.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade considera, ainda, útil o relatório do Tribunal de Contas por avaliar o sistema do rendimento mínimo.

ORÇAMENTO DE CRESCIMENTO ECONÓMICO E COM MAIORES INVESTIMENTOS SOCIAIS

O Orçamento do Estado de 2000 demonstra que Portugal irá continuar a ter um ritmo de crescimento económico superior à média dos países da União Europeia (3,3 por cento), ao mesmo tempo em que se verificará uma redução do défice para 1,5 por cento e uma descida dos impostos dos contribuintes cumpridores das suas obrigações fiscais. Assistir-se-á a um desagravamento significativo do IRC (menos dois por cento) e a uma descida real nos escalões mais baixos do IRS. Fruto da eficiência da máquina fiscal e do crescimento económico, será possível ao longo do corrente ano aumentar de forma apreciável as despesas de investimentos em áreas sociais sensíveis como a Saúde, a Segurança Social, a Justiça, a Educação e a Ciência. Perante este quadro orçamental, o primeiro-ministro já lançou uma séria advertência aos partidos da oposição: seria impensável e grave que o Orçamento do Estado de 2000 não fosse aprovado, quer pela carácter tardio da sua entrada em vigor quer porque geraria uma terrível instabilidade interna num momento em que Portugal assume a presidência da União Europeia. O chefe do Governo, no entanto, sublinhou que, uma vez mais, os socialistas estão dispostos a dialogar e a introduzir propostas que aperfeiçoem o Orçamento. Não aceitarão, porém, que a proposta orçamental seja descaracterizada, impedindo que Portugal cumpra o pacto de estabilidade.

O ministro das Finanças e da Economia apresentou sexta-feira passada o Orçamento do Estado de 2000, diploma em relação ao qual António Guterres já sublinhou o seu carácter decisivo para o futuro do país, sobretudo, porque será discutido em plena presidência portuguesa da União Europeia e porque, por motivos do calendário eleitoral, só agora será possível discuti-lo na Assembleia da República. «Seria impensável e grave se o Orçamento de Estado não fosse viabilizado», advertiu, deixando também uma dura crítica ao sentido puramente destrutivo do PSD, que sem apresentar qualquer proposta alternativa já avançou com o voto contra. «Conseguimos travar a dinâmica insustentável da despesa corrente primária», afirmou Pina Moura na apresentação do Orçamento do Estado de



2000, acrescentando que sublinhava esse facto sem qualquer auto-satisfação. «A travagem foi conseguida, embora não na dimensão que queríamos», disse o ministro das Finanças. A despesa corrente sem juros vai crescer este ano 10,4 por cento, depois de um ano de 1999 em que se expandiu 10,6 por cento, tendo o ministro considerado que tal «performance» orçamental é a que de imediato se consegue na prossecução de um objectivo de médio prazo. O objectivo é a criação de novos factores de consolidação orçamental, depois de encerrado um ciclo em que tal consolidação dependeu da baixa da taxas de juros, de acréscimo significativos das receitas fiscais e da boa conjuntura económica. A este propósito, o titular da pasta das Finanças e da Economia salientou ser fundamental «quando se fala de despesa ter em consideração a sua composição, para além do seu crescimento. O Governo e o PS orgulham-se de ter feito em cinco anos com que a despesa social crescesse de uma fatia de 45 por cento do total para 56 por cento. No total da despesa social, por seu turno, a saúde – a nova prioridade do Executivo – passa de uma parcela de 16,8 para 17,4 por cento, apontou Pina Moura como um dos factores de expansão dos gastos do Estado. O Sistema Nacional de Saúde (SNS) vê acrescidas as suas dotações por via de transferência do Estado em 130 milhões de contos, sublinhou o membro do Governo. A Educação, referiu ainda como exemplo de aumento de despesa, recebe uma dotação global de 1,350 milhões de contos para que se mantenha num valor

equivalente a 6,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), percentagem atingida no ano passado. «Estes orçamentos têm a marca irreversível do PS», declarou Pina Moura por fim, ao explicar a evolução da despesa no Orçamento do Estado para 2000.

Quem cumpre pagará menos

Tal como revelou o ministro das Finanças e da Economia, os terceiro e quarto escalões do IRS (rendimentos entre 1150 e 6549 contos) vão ser actualizados à taxa de 3,2 por cento. Pina Moura precisou assim o intervalo entre três e quatro por cento que já tinha anunciado anteriormente para o imposto sobre rendimentos. Por outro lado, com a apresentação da proposta orçamental, confirmou-se que o Governo cumpriu este ano uma das suas principais promessas: os cidadãos com menores rendimentos serão beneficiados no plano fiscal. Assim, a actualização do mais baixo escalão do IRS será feita em quatro por cento (rendimentos até 728 contos), ou seja, muito superior à taxa de inflação prevista, que é de dois por cento. Como já sublinhou em diversas intervenções públicas, o responsável do Governo frisou que os contribuintes cumpridores serão beneficiados com um desagravamento. Quem não cumpre, ficou já o aviso que a máquina fiscal será implacável. Finalmente, o mais alto escalão do IRS (rendimento colectável superior a 6550 contos) será actualizado a uma taxa de dois por cento, valor idêntico ao da inflação prevista para o corrente ano.

Por sua vez, o imposto forfetário, que vai ser aplicado às empresas com uma facturação até 30 mil contos, como alternativa ao IRC, terá uma taxa de 1,5 por cento sobre a facturação do ano anterior. De acordo com o titular da pasta das Finanças e da Economia, esta é uma das medidas essenciais de um conjunto que visa prosseguir o combate à fraude e evasão fiscais.

Além deste aspecto, a taxa do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) vai descer de 34 para 32 por cento, enquanto as empresas com uma facturação entre os 30 mil e os 100 mil contos beneficiarão de uma taxa reduzida de 25 por cento. Também com estas propostas, o Governo cumpre aquilo que se encontrava previsto no programa eleitoral do PS apresentado nas últimas legislativas aos portugueses.

Despesas sociais crescem

Como já foi referido, as despesas do Estado com funções sociais vão aumentar 10,45 por cento no corrente ano, totalizando 3,55 milhões de contos. Estes valores fazem com que o peso das funções sociais do Estado cresça 1,3 pontos percentuais, passando de 54,7 por cento (em 1999) para os 56 por cento esperados para este ano. O crescimento das despesas funcionais, classificadas em funções sociais, é também superior em 2,52 pontos percentuais aos 7,93 por cento de aumento registado na despesa global do Estado. Na proposta de Orçamento do Estado para 2000, o Ministério das Finanças e da Economia explica este aumento com o reforço das contribuições financeiras para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Rendimento Mínimo Garantido e Saúde. A subfunção Segurança e Acções Sociais regista um aumento de 15,2 por cento, crescendo 126,6 milhões de contos, para totalizar 959,2 milhões de contos.

Segundo o Governo, este acréscimo explica-se pelo «aumento da comparticipação financeira do Estado para a Caixa Geral de Aposentações, da transferência para a Segurança Social, para o cumprimento do estabelecido na respectiva lei de bases e do forte impulso dado ao Rendimento Mínimo Garantido». A subfunção Saúde ganha 120,8 milhões de contos este ano, totalizando 1,1 mil milhões de contos, o que representa um ganho de 12,24 por cento face a 1999. Na perspectiva do gabinete de Pina Moura, esta evolução deve-se «esforço financeiro acrescido do Estado no financiamento das despesas das instituições hospitalares e agências regionais integradas no Serviço Nacional de Saúde e dos subsistemas de

POLÍTICA

saúde da Função Pública. As funções gerais de soberania aumentam 4,83 por cento, passando dos 917,8 milhões de contos de 1999 para os 962,2 milhões de contos programados para o presente ano. No fundo, são mais 44,4 milhões de contos destinados a despesas de «cooperação económica externa» e com a presidência portuguesa da União Europeia. As funções económicas crescem quatro por cento, totalizando 414,5 milhões de contos, contra os 398,2 milhões de contos do ano passado. A rubrica outras funções sobe 5,08 por cento, passando de 1,35 mil milhões de contos no ano passado para os 1,41 mil milhões de contos no ano 2000.

Descida consolidada do défice

O défice do Sector Público Administrativo (SPA) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nas contas nacionais melhora este ano em 1,5 por cento (1,9 por cento em 1999), sem qualquer contributo do abate ao crescimento da despesa corrente primária. Segundo a conta consolidada das administrações públicas contida na proposta de Orçamento do Estado para 2000, a despesa corrente sem juros mantém face ao ano passado praticamente a mesma taxa de expansão.

A receita corrente crescerá a 10,1 por cento, com os impostos, incluindo contribuições para a Segurança Social, a crescerem a 9,1 por cento. Uma taxa de crescimento praticamente idêntica à do ano passado, que foi de 9,3 por cento. Os impostos e as contribuições vão render ao Tesouro 7.625,1 milhões de contos, contra os 6.988,2 milhões de contos de 1999. As despesas de capital aumentam substancialmente à taxa de mais 9,1 por cento, com a rubrica do investimento a crescer ainda mais, a 14,7 por cento, e perfazendo no conjunto das administrações públicas um valor de 1.068,7 milhões de contos. Para efeitos de comparação das taxas de crescimento, a economia irá expandir-se 5,7 por cento em termos nominais, taxa que corresponde a um crescimento real do PIB de 3,3 por cento estimado no cenário macroeconómico, mais 2,4 por cento correspondentes ao deflator do PIB.

Entretanto, o Governo vai criar três novas entidades reguladoras, uma para o gás natural, outra para a concorrência e uma terceira para o sector financeiro. Anunciadas pelo ministro das Finanças e da Economia na passada sexta-feira, estas três entidades inserem-se na criação de novos instrumentos com o objectivo de reforçar o papel regulador do Estado. Tal como já existe para a electricidade, água, comunicações, ou mercados de capitais, as novas entidades deverão assumir o papel de reguladores de preços, serviços e contratos em matérias de gás natural, concorrência e financeira. Pina Moura não avançou ainda o modelo escolhido para a área financeira, mas à semelhança do que acontece no sector da electricidade, que é regulado pela Direcção Geral da Energia e pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), a nova entidade deverá repartir funções com o Banco de Portugal. Matérias como o aluguer de longa duração

e o sobreendividamento, que escapam à alçada do Banco de Portugal, poderão ser alguns dos alvos de regulação da nova instituição para a área financeira.

15 milhões para Timor-Leste

Na conferência de imprensa de apresentação do Orçamento do Estado para 2000, o ministro das Finanças e da Economia garantiu que não haverá qualquer revisão em baixa dos valores mínimos do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) actualmente em vigor. Estes valores mínimos foram incluídos no Orçamento de Estado Rectificativo de 1999. Pina Moura acrescentou que o «pacto» actualmente em vigor com as petrolíferas permitirá que, até 15 de Março, não haverá alterações nos preços dos combustíveis, mas acrescentou que o futuro dos preços do crude ao mercado pertence. «No entanto, há indícios de que, no princípio da Primavera, esses preços sejam mais favoráveis», adiantou o membro do Governo.

O programa de apoio português a Timor-Leste tem uma dotação orçamental de 15 milhões de contos, verba inscrita no orçamento da Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD). O orçamento global da nova entidade dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros é de 18,7 milhões de contos e representa um crescimento de 434,3 por cento face aos 3,7 milhões de contos orçamentados para o Fundo de Cooperação Económica (que antecedeu a APAD) em 1999.

Apesar de dependente do ministério tutelado por Jaime Gama, que consolida a sua despesa, a APAD vai transferir dinheiro para o Ministério da Defesa Nacional para possíveis operações em Timor-Leste. «Os encargos com as missões humanitárias e de paz em Timor-Leste, pela sua natureza e pelo seu carácter imprevisível e excepcional, serão suportados por transferência da APAD», não se reflectindo no orçamento do Ministério da Defesa Nacional. Por outro lado, se este dinheiro não for suficiente para cumprir as missões humanitárias de paz, estão garantidos reforços com recurso à dotação provisional do Ministério das Finanças.

Segundo o Ministério das Finanças e da Economia, em 1999, estas despesas atingiram 5,2 milhões de contos, dos quais 1,5 milhões de contos se destinaram a Timor-Leste.

De referir, ainda, que o Orçamento do Estado para 2000 propõe um investimento próximo dos 57 milhões de contos no desenvolvimento científico e tecnológico do país, quase vinte por cento mais do que o anterior. A verba inscrita para o Ministério da Ciência e da Tecnologia é de 56,8 milhões de contos, mais de metade (52,1 por cento) proveniente de transferências da União Europeia. Em termos de repartição por objectivos, destaca-se o valor percentual global para Programas de Investimento em Ciência e Tecnologia e na Sociedade de Informação, 80,6 por cento, num total de 46 milhões de contos. O Ministério da Ciência e da Tecnologia foi criado em 1995 e viu o seu orçamento crescer mais de cem por cento nos últimos quatro anos.

CARTAZ

25 ABRIL 25 ANOS



300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché

500\$00 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na moeda indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vale Correio No valor de 750\$00

Inclui custo de envio

Nome	
Morada	
Cod. Postal	
Telefone	
Outros	

Por favor destacar este cupão e enviar para a seguinte morada:
Acção Socialista Avenida das Descobertas 17 1400 Lisboa

Se desejar, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

OE E OPÇÕES DO PLANO 2000

O Conselho de Ministros, reunido quinta-feira, dia 27, em Lisboa, aprovou as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 2000.

De acordo com a estratégia de médio prazo definida no Programa de Governo para a presente legislatura, tendo em consideração o enquadramento internacional previsível e os desafios que se colocam ao processo de integração europeia, bem como os condicionalismos específicos associados à economia portuguesa, as Grandes Opções do Plano para 2000 consubstanciam medidas de política que adequadas à concretização das seguintes opções de política económica e social.

Assim, pretende-se afirmar a identidade nacional no contexto europeu e mundial, promovendo uma política externa que assegure a participação activa no aprofundamento e alargamento da União Europeia, tendo nomeadamente em consideração as responsabilidades especiais que cabem a Portugal ao assumir no primeiro semestre de 2000 a presidência da UE.

É ainda planificado um reforço a cooperação para o desenvolvimento que valorize o espaço das comunidades portuguesas, executando uma política de defesa adequada à salvaguarda dos interesses nacionais num momento de viragem na cena internacional e prosseguindo uma política cultural que contribua para a expansão da língua portuguesa no mundo, no contexto da sociedade da informação.

Prevê-se igualmente reforçar a cidadania para assegurar a qualidade da democracia, promovendo uma nova relação do Estado com os cidadãos, uma justiça mais eficaz e célere, uma sociedade mais segura, um

país com maior igualdade de oportunidades, uma nova visão para a organização territorial do Estado e uma consolidação das autonomias regionais, uma política de cultura assente nos valores da cidadania, uma política de defesa dos consumidores e de modernização e concorrência das estruturas comunicacionais, com manutenção de um sector de serviço público coexistindo com o sector privado.

As Grandes opções do plano para 2000 contemplam incluem ainda uma especial atenção à qualificação das pessoas, à promoção do emprego de qualidade, visando caminhar para a sociedade do conhecimento e da informação, encarada como uma aposta transversal para entrar com êxito no século XXI.

Aposta-se pois na continuidade do esforço no sector de educação, com novos meios e novas ambições; assegurando uma articulação mais estreita entre educação, formação e valorização profissional para promover um emprego de qualidade; implementando uma política de ciência e tecnologia para o desenvolvimento do País, prosseguindo uma política de juventude, em que é determinante a aposta no tecido social juvenil e o investimento na educação não formal e na qualificação dos jovens.

A implementação de uma política de desporto enquanto componente imprescindível da formação física, cultural e cívica da generalidade dos cidadãos e um modo de projecção internacional do País constitui igualmente uma meta para a gestão do Estado no presente ano.

Para além das opções referidas, o Executivo socialista apresenta também as seguintes:

- Reforçar a coesão social avançando com uma nova geração de políticas sociais, afirmando a saúde como uma prioridade da política de desenvolvimento social,

assegurando os direitos sociais fundamentais com particular ênfase no apoio aos processos de inserção dos grupos mais desfavorecidos e ameaçados por processos de marginalização, procedendo à reforma da segurança social enquanto contribuição indispensável para a sustentabilidade dos sistemas sociais e lançando uma nova política para a toxicodependência.

- Criar condições para uma economia moderna e competitiva, no contexto de um novo regime económico decorrente da criação do Euro e caracterizado por profundas alterações nas condições de afirmação competitiva das empresas e de exercício da política económica pelo Governo, prosseguindo as indispensáveis reformas estruturais, adoptando um novo perfil de política económica adequado ao processo de globalização dos mercados e das tecnologias e à emergência da nova economia das tecnologias de informação e comunicação, reforçando as condições de competitividade das empresas, designadamente através de um ordenamento jurídico apropriado e de condições de financiamento favoráveis e prosseguindo o estabelecimento de um novo contrato entre o Estado e o mercado, remetendo-se aquele sempre que possível para o seu papel de regulador e de garante de bom funcionamento e de equidade.

- Potenciar o território português como factor de bem-estar dos cidadãos e de competitividade da economia, criando uma nova geografia de oportunidades no espaço nacional através da concretização de uma adequada política de qualidade do ordenamento do território e do ambiente, de preservação dos recursos naturais, da consolidação da rede urbana, da promoção de forma profícua do desenvolvimento rural e da agricultura, da

garantia de acesso à habitação a todos os Portugueses e da continuação da modernização das infra-estruturas de transportes rodo-ferroviários, marítimos e aéreos, de comunicações, de telecomunicações e energéticas.

Consolidação orçamental

O esforço de investimento programado para 2000 no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, tendo presentes os condicionalismos decorrentes do processo de consolidação orçamental, a necessidade de modernização que o País continua a registar ao nível das infra-estruturas sociais e económicas, a conclusão dos projectos que integram o QCA II e o início da execução dos projectos que integrarão o QCA III, tem como principais prioridades dotar o País de infra-estruturas sociais e de solidariedade social acessíveis a todos os portugueses que delas careçam; oferecer condições de competitividade ao tecido empresarial designadamente através da construção de modernas infra-estruturas económicas e de apoios à modernização das empresas; e formar recursos humanos habilitados a integrar uma sociedade baseada no conhecimento e versáteis face às novas tecnologias que permanentemente emergem.

Em relação ao QCA II e III prosseguem-se os objectivos de garantir o acompanhamento da fase final da execução do QCA II, tendo em conta as regras de encerramento dos programas; assegurar o arranque da execução dos programas do QCA III; e adoptar as medidas necessárias para assegurar o pleno aproveitamento dos fundos comunitários postos à disposição do País.

NOVA LEI PARA BREVE

‘T’eremos rapidamente um anteprojecto de Lei da Rádio». A garantia foi dada terça-feira, dia 1, em Évora, pelo secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, que se mostrou convicto na possibilidade de, dentro de algumas semanas, apresentar um novo quadro legal para a transmissão radiofónica na Assembleia da República.

Arons de Carvalho falava aos jornalistas após um encontro com representantes de jornais regionais e rádios locais do distrito de Évora, em que ouviu críticas à intenção do Governo em reduzir o porte pago para a imprensa regional.



Quanto ao sistema de incentivos, matéria em que os representantes dos jornais regionais defenderam o porte pago a 100 por cento, Arons de Carvalho disse que se terá de aguardar mais dois meses.

«Há muitas opiniões e muito válidas sobre problemas complexos, que temos de resolver por consenso, tanto no que diz respeito à nova Lei da Rádio, como ao novo sistema de incentivos», referiu o governante. Ainda em relação à nova legislação referente aos incentivos, acrescentou que aguarda o diálogo e o estudo que está a ser feito pelas associações e as visitas que está a realizar em todos os distritos para «tomar consciência da legislação que é necessário concretizar».

Arons de Carvalho garantiu que «a comparticipação do Estado, será de qualquer forma, elevada para que o custo desta mudança seja pequeno».

«Vamos tentar que ela seja feita, não apenas num ano, mas através de uma fase transitória que permita às empresas ganharem o seu próprio percurso», disse.

Questões relacionadas com a distribuição da publicidade, incluindo do Estado, a possibilidade das autarquias apoiarem os rádios locais, os incentivos à modernização tecnológica e os custos das telecomunicações, foram outras das questões levantadas pelos representantes dos jornais e rádios locais.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, garantiu no dia 31, em Leiria, que os Gabinetes Técnicos de Requalificação (GTR) prometidos para Souselas e Maceira vão «avançar com as obras em breve».



Segundo Sócrates, o «Ministério tem já o seu plano de intervenção e as acções no terreno vão começar em breve».

Atrasos no início da instalação daqueles gabinetes dever-se-ão, segundo o governante, a questões processuais e não a falta de vontade política para requalificar aqueles locais, cujas cimenteiras são apontadas para a co-incineração de resíduos industriais perigosos.

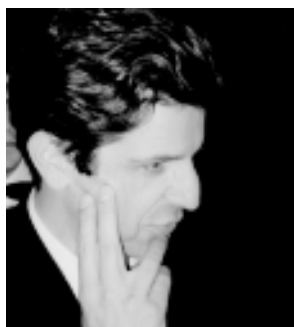
Segundo o director Regional do Ambiente do Centro, Peixinho Cristo, já estão feitos no papel muito dos projectos que vão ser levados a cabo, sobretudo aqueles que são da responsabilidade do Ministério do Ambiente.

«A única coisa que falta formalizar é a assinatura de protocolos entre o Ministério do Ambiente e as autarquias para que os GTR possam ser contratados», explica Peixinho Cristo.

O investimento global ainda não está estimado, mas durante a primeira fase de intervenção a verba a investir é de cerca de 350 mil contos.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, visitou no dia 29, na cidade de Viseu, instituições e obras onde o Ministério da Cultura está a investir, através de vários institutos, 1,6 milhões de contos durante 2000.



Carrilho iniciou o seu périplo pela Câmara de Viseu, onde assistiu à assinatura de um protocolo com a autarquia que aumenta em 20 mil contos (de 120 para 140 mil) a verba que o Centro Regional das Artes do Espectáculo (CRAE)/Teatro Viriato dispõe para a programação deste ano.

Ainda autarquia de Viseu, o governante foi colocado a par dos trabalhos que o arquitecto Gonçalo Byrne está desenvolver para a recuperação e requalificação da Cava de Viriato.

A Cava, de acordo com Gonçalo Byrne, remonta «pelo menos» à época da colonização romana e é constituída por uma muralha com fosso na forma de octógono, que ocupa uma área de dois quilómetros de perímetro e 600 metros de diâmetro, num total de três hectares e meio, próximo do centro histórico da cidade.

O autor do projecto de requalificação deste espaço defende que se trata de «um monumento quase único», mas de origem desconhecida, «sabendo-se no entanto que foi alvo de uma ocupação romana, tendo servido para a defesa de uma legião romana».

O Ministério da Cultura investiu neste projecto 30 mil contos.

Outro ponto da visita de Carrilho foi o Museu Grão Vasco, onde o arquitecto Souto Moura projectou a sua remodelação no valor de 1,360 milhões de contos, cujas obras vão ter início ainda este ano.

Manuel Maria Carrilho esteve ainda nas obras da nova biblioteca de Viseu, onde o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas financiou em 150 mil contos a construção de raiz, os equipamentos e fundos documentais.

DEFESA

O ministro da Defesa reconheceu, no dia 31, em Lisboa, que o diploma com os incentivos ao serviço militar profissional deverá ser apresentado este mês.

Castro Caldas, acompanhado pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Espírito Santo, falava no final de uma audiência com o Presidente da República para tratar de questões relativas a Timor-Leste.

O diploma com os incentivos - monetários, sociais, profissionais, educativos - regulamenta a Lei do Serviço Militar que acaba com a tropa obrigatória até 2003.

Relativamente ao orçamento da Defesa e Forças Armadas para este ano, Castro Caldas disse não estar satisfeito com as verbas disponibilizadas, mas os constrangimentos financeiros existem.

Apesar de tudo, «com o mínimo» de meios obtidos, as Forças Armadas podem continuar a cumprir as missões com dignidade e resultados positivos, observou.

EDUCAÇÃO

O primeiro-ministro, António Guterres, assistiu, na manhã de segunda-feira, em Porto Alto, à apresentação do plano de investimentos na Educação, que inclui a generalização de cacifos individuais a todos os alunos do ensino preparatório e secundário.

O Plano Escola Completa Para o Ano 2000, que envolve um investimento de 87,9 milhões de contos e foi elaborado sob o lema «Melhores escolas mais cidadania», foi apresentado pelo ministro da tutela, Guilherme d'Oliveira Martins, durante a visita de Guterres à nova escola de Porto Alto, no concelho de Benavente.



O Plano Escola Completa decorre do facto de «actualmente todas as escolas construídas pelo Governo terem já os diversos equipamentos necessários, enquanto antigamente muitos estabelecimentos de ensino tinham apenas as salas de aula», recordou uma fonte do Ministério da Educação.

É neste contexto que também nos dias de hoje praticamente todas as escolas do segundo e terceiro ciclos e do secundário (a responsabilidade do equipamento das restantes não pertence ao Executivo) estão dotadas de cacifos individuais para os alunos, disse Edite Coelho, do Ministério da 5 de Outubro.

A ideia é reduzir dentro do possível o peso que os estudantes são forçados a transportar todos os dias nas mochilas, muitos deles utilizando diversos meios de transporte antes de chegarem à escola, acrescentou a fonte.

Um milhão de contos foram já investidos pelo Governo socialista nos últimos quatro anos neste projecto que, em breve, deverá contemplar toda a população escolar do segundo ciclo em diante.

EQUIPAMENTO

O primeiro-ministro, António Guterres, e o ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, efectuaram, no dia 1, a primeira travessia da nova ponte sobre o Tejo, ligando os concelhos de Santarém e Almeirim, cuja conclusão está prevista para o final do mês de Maio.

A travessia realizou-se para assinalar o fim da primeira fase da construção da ponte, a qual terá uma extensão total de 570 metros e um vão central de 246 metros e vai integrar-se num lanço do Itinerário Complementar 10.

A visita assinalou a conclusão da operação de betonagem da aduela de fecho do tramo central da ponte, que marca o final das obras da sua construção, e inclui a sua primeira travessia.

FINANÇAS E ECONOMIA

O Executivo socialista vai criar três novas entidades reguladoras, uma para o gás natural, outra para a concorrência e uma terceira para o sector financeiro. O anúncio foi feito, na sexta-feira, dia 28 de Janeiro, pelo ministro das Finanças e Economia, Pina Moura.

O governante falava durante a apresentação do Orçamento de Estado (OE) para 2000, a propósito dos novos instrumentos e objetivos do papel regulador do Estado.

Tal como já existe para a electricidade (ERSE), água (IRAR), comunicações (ICP) ou mercado de capitais (CMVM), as novas entidades deverão assumir o papel de reguladores de preços, serviços e contratos em matérias de gás natural, concorrência e financeira.

Pina Moura não avançou o modelo escolhido de regulação para a área financeira, mas à semelhança do que acontece no sector da electricidade, que é regulado pela Direcção-Geral de Energia (DGE) e pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), a nova entidade deverá repartir funções, nomeadamente com o Banco de Portugal.

Matérias como o aluguer de longa-duração (ALD) e o sobreendividamento, que escapam à alçada do Banco de Portugal, poderão ser alguns dos alvos de regulação da nova entidade para a área financeira.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, e o director-geral dos Serviços Prisionais inauguraram, sexta-feira passada, no estabelecimento prisional de Alcoentre, um pavilhão gimnodesportivo e novas instalações para os serviços clínicos, que irão beneficiar um total de 660 reclusos.

As verbas gastas na modernização e ampliação dos serviços clínicos, bem como na remodelação dos pisos térreos, onde foram instaladas salas de aula e áreas de apoio, atingiram os 240 mil contos.



No local, António Costa falou sobre o PIDDAC (Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central para as prisões em 2000, que prevê, entre outras metas, a conclusão das obras do estabelecimento prisional da Carregueira (antigo quartelamento militar) e o início da

PELO PAÍS

Governança Aberta

construção de um estabelecimento prisional feminino em Santa Cruz do Bispo, Matosinhos.

Esta última localidade foi visitada na derradeira legislatura pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, que se tem mostrado atento às questões que dizem respeito ao sistema prisional.

O futuro estabelecimento prisional feminino de Santa Cruz do Bispo terá uma lotação para cerca de 500 reclusas.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, manifestou na quinta-feira, dia 27 de Janeiro, o interesse do Governo em «valorizar» a língua portuguesa em Timor-Leste.



Em declarações aos jornalistas à entrada de uma reunião com a Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, Gama disse que já estão prontos programas de educação (nomeadamente prevendo o envio de professores) para valorizar a importância do português no território timorense.

Ressalvando que a decisão quanto à língua para o território cabe aos próprios timorenses, tal como a decisão sobre qual a moeda a circular, o governante declarou que o Executivo português «gostaria» que a língua portuguesa mantivesse a sua importância.

«Mas não podemos forçar», apontou, sublinhando que esta atitude seria fazer o que os indonésios fizeram durante décadas.

Comentando ainda a decisão de escolha do dólar norte-americano como moeda para a fase de transição, em detrimento do escudo, Jaime Gama reafirmou o respeito pela decisão.

O ministro sublinhou que Portugal «fez tudo» para que Timor tivesse direito à autodeterminação e independência e que essa liberdade significa o poder de optar pela moeda.

PRESIDÊNCIA

O secretário de Estado adjunto da Presidência, Vitalino Canas, reafirmou, no dia 28, em Matosinhos, que o Governo socialista vai continuar a dar prioridade à prevenção na luta contra a toxicod dependência.

«O trabalho de prevenção é difícil porque nunca sabemos exactamente quantas

pessoas são efectivamente afastadas da toxicod dependência por este tipo de acções», acrescentou.

Canas considerou que a luta «é uma questão de convicção», frisando que o Executivo «tem essa convicção».

«Há uns anos atrás, os esforços dirigiam-se sobretudo para a contenção do tráfico, uma tendência que foi sendo substituída pela contenção da procura, através da prevenção, actuando antes e não depois da toxicod dependência existir», frisou.

«Há muitos jovens em todo o País que foram arrastados para a toxicod dependência e que não tiveram a possibilidade de escolher entre uma vida livre de drogas e a dependência», salientou, acrescentando que este tipo de projectos dá aos jovens «a motivação para escolher entre uma vida saudável e uma vida má».

«Há que alargar esta possibilidade de escolha aos jovens de todo o País», afirmou.

Vitalino Canas falava no final de uma visita a um conjunto de instituições de carácter social e de apoio e recuperação de toxicod dependentes e de prevenção da toxicod dependência no Porto e em Matosinhos.

O secretário esteve no Espaço Pessoa, de apoio às vítimas da prostituição, na Casa de Vila Nova, um centro de apoio e motivação para toxicod dependentes dinamizado pela Associação NorteVida e no Instituto de Ciências do Comportamento Desviante.

A deslocação terminou no Bairro da Biquinha, em Matosinhos, onde visitou o projecto «Grupo Amizade», que funciona no âmbito do projecto Vida, com o objectivo de prevenir e combater as dependências das drogas e do álcool nas crianças e jovens em idade escolar.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, anunciou no dia 31, no Porto, um reforço do subsídio atribuído pelo Ministério ao Centro de Genética Preditiva e Preventiva (CGPP), que no total rondará os 35 mil contos.



A governante falava no final da apresentação dos objectivos da nova unidade de investigação, inaugurada segunda-feira, a funcionar no Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto.

Respondendo a um apelo de Jorge Sequeiros, director do CGPP, Manuela Arcanjo manifestou-se satisfeita por poder «conceder o pedido solicitado», particularmente por considerar que o trabalho ali desenvolvido é «um bom exemplo de sucesso».

«Significa também - disse - que no Ministério da Saúde não há sempre e só falta de dinheiro».

O Centro de Genética Preditiva e Preventiva destina-se a prestar serviços assistenciais à comunidade na área dos testes

preditivos e preventivos.

O novo centro de genética faz também aconselhamento genético e prevenção de doenças hereditárias, nomeadamente a paramiloidose, a doença de Machado-Joseph e de Huntington e de doenças comuns nos adultos como a hemocromatose.

O objectivo é alargar a investigação a doenças comuns da vida adulta, que muitas vezes se revelam por disposição genética em cancro, doenças cardiovasculares e psiquiátricas.

DESTAQUE – CM

Solidariedade

APOIO A VÍTIMAS DO STRESS MILITAR

O Executivo socialista vai uma rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar, instituída pela Lei n.º 46/99, de 16 de Junho.

A decisão foi tomada na passada quinta-feira, dia 27, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros.

São objectivos da referida rede nacional

a informação, identificação e encaminhamento dos casos e a necessária prestação de serviços de apoio médico, psicológico e social, em articulação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

A rede de apoio é composta pelas instituições e pelos serviços integrados no SNS e no Sistema de Saúde Militar e ainda pelas organizações não governamentais, em articulação com os serviços públicos.



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 27 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- As propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 2000;
- Um projecto de decreto-lei que cria a rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a factores traumáticos de stress durante a vida militar;
- Um decreto-lei que estabelece os Estatutos da Região Vitivinícola do Ribatejo;
- Uma proposta de lei que altera o n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, que aprova a Lei do Serviço Militar;
- Um diploma que altera o artigo 157.º do decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 308/93, de 2 de Setembro, que criou o Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde.

DEPUTADA MARIA JOSÉ CAMPOS **Censos 2001**

PREPARAÇÃO RIGOROSA E ATEMPADA

A deputada socialista Maria José Campos garantiu, no dia 27, que «a proposta de decreto-lei, que acompanha o pedido de autorização legislativa solicitada pelo Governo, enquadra, correctamente, as operações necessárias para a realização dos "Censos 2001"», pelo que pediu à Assembleia da República a aprovação da pretensão governamental.

Recorde-se que durante o ano de 2001 o Estado português realizará o XIV Recenseamento Geral da População e o IV Recenseamento Geral da Habitação.

Segundo Maria José Campos, o diploma governamental define as variáveis primárias a observar para ambos os censos, identificando as várias entidades a envolver, clarificando as responsabilidades e criando os dispositivos para assegurar o financiamento atempado das múltiplas acções e agentes envolvidos.

Frisando a importância actual de «saber de novo quantos somos, como somos e como estamos», a parlamentar do PS salientou as marcas das mudanças verificadas desde o último recenseamento, realizado em 1991, e frisou a importância das metodologias estatísticas deste género na construção de estratégias políticas.

«Entendemos que a informação a obter nos "Censos 2001", irá decerto possibilitar delinear, com uma maior precisão, mais adequadas medidas de política económica



e social e fornecer aos múltiplos agentes da sociedade civil, indicadores actualizados e mais apropriados para uma melhor tomada de decisões», afirmou. Os «Censos 2001» inserem-se na próxima ronda mundial de recenseamentos, marcada para o final de 2000 e princípio de 2001, dando continuidade à periodicidade decenal da realização destes escrutínios e observando as recomendações da União Europeia.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO **Acusação**

BARROSO USA A TAP PARA DISPUTAR LIDERANÇA NO PSD



O deputado socialista José Junqueiro acusou no dia 28 Durão Barroso de usar o «dossier» TAP para fazer disputa política interna no PSD e afirmou que António Guterres não precisa de ameaças para receber os partidos políticos. O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS reagiu assim ao anúncio feito no mesmo dia pelo presidente do PSD de que está disposto a propor a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito à situação da TAP e respectivo negócio com a Swissair, caso o primeiro-ministro não aceite o seu pedido de audiência.

Para o deputado socialista, que é também presidente da Comissão Parlamentar do Equipamento Social, a atitude de Durão Barroso nada mais significa que uma

«disputa política» no seio do próprio PSD, entre os três candidatos à liderança do partido.

Quem fala pior do Governo

«Tudo não passa de uma disputa política, em que os três candidatos (Marques Mendes, Santana Lopes e Durão Barroso) competem para ver qual deles fala pior do Governo», sublinhou.

José Junqueiro garante que o negócio TAP/Swissair foi realizado com «total transparência», acrescentando que a companhia suíça foi o parceiro escolhido pelo Governo devido ao facto de ter sido esta a apresentar a proposta mais positiva para a empresa portuguesa.

O deputado salientou ainda que «para falar com António Guterres nunca foi preciso fazer ameaças».



DEPUTADA MARGARIDA GARISO **Gestão urbana**

PELA COERÊNCIA DO SISTEMA...

«A eventual criação de novas áreas metropolitanas não deverá resultar de decisões avulsas ou isoladas», defendeu convictamente a deputada socialista Margarida Gariso, durante a sessão plenária do Parlamento, realizada recentemente, a propósito da iniciativa laranja de criar a Área Metropolitana de Leiria.

A parlamentar do PS recordou a incapacidade dos municípios e das respectivas associações na resolução de certos problemas comuns de âmbito supramunicipal, facto que determinou a génese das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

«Todavia, parece consensual a inadequação, a ineficiência e a inoperacionalidade desse modelo de gestão», declarou, sublinhando de seguida a necessidade de identificar, de entre os diversos modelos de organização urbana, um que não afecte o desenvolvimento equilibrado do País.

«Os modelos institucionais que vierem a ser legalmente consagrados, não poderão

ignorar a divisão e a organização político-administrativa existente no País, pelo que será essencial clarificar a estrutura relacional destes modelos de gestão face ao estado e aos municípios, de modo a evitar conflitos entre os órgãos e serviços estatais, municipais e urbano-metropolitanos», retirou.

Na opinião de Margarida Gariso, o PSD não acautelou esta desejável harmonia ao apresentar o projecto de lei que prevê a criação da Área Metropolitana de Leiria.

«A consagração legal de novas áreas metropolitanas deverá ser previamente estabelecida pelo Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território», frisou, argumentando que a criação avulsa destes modelos de gestão «não concorre para a coerência do sistema de gestão urbano nacional».

Segundo a deputada do GP/PS, a bancada laranja insiste em iniciativas «desajustada, desarticulada», onde não são sanados e sim agravados os vícios e imperfeições da lei que criou as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

MARY RODRIGUES

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 3

A Assembleia da República reúne hoje, a partir das 15 horas, para a interpelação ao Governo n.º 2/VIII do CDS/PP sobre «o estado da Justiça e política de segurança interna».

Sexta-feira, dia 4

Amanhã, às 10 horas, o Parlamento discutirá a proposta de lei governamental que estabelece o regime jurídico da publicação ou difusão de sondagens e inquéritos de opinião nos órgãos de Comunicação Social.

Mais tarde será estudada uma outra proposta do Executivo, desta feita sobre a alteração do artigo 69.º, n.º 2, da lei que regula a estrutura de funcionamento do Centro de Estudos Judiciais e introduz em regime excepcional de afectação os magistrados judiciais jubilados.

- A apresentação na generalidade em sede de comissões de especialidades do Orçamento de Estados e das Grandes Opções do Plano para o corrente ano de 2000 decorre a partir de hoje, prolongando-se até à próxima sexta-feira, dia 11.

- As votações em sede de Comissão de Economia, Finanças e Plano estão agendadas para a terça-feira, dia 8, e a quarta-feira, dia 9.

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA Euro 2004

UM DESAFIO À MODERNIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DESPORTIVAS



O deputado Ricardo Castanheira afirmou no dia 27, na Assembleia da República, que «o Euro 2004, a par do júbilo colectivo causado, constitui um desafio à modernização das estruturas colectivas envolvidas directamente no evento, porquanto implicará a remodelação de cinco estádios e a construção de outros cinco». «Coimbra, Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Aveiro, Leiria e Faro ficarão, assim, dotadas de novas ou renovadas infra-estruturas que posteriormente servirão as respectivas comunidades, proporcionando as melhores condições para a promoção do desporto», disse, salientando, no entanto, que «os efeitos benéficos da organização do Euro 2004 não se circunscrevem às referidas cidades, visto que toda a economia nacional será impulsionada».

Segundo sublinhou o deputado do PS, «um dado é indubitável. O Euro 2004, em Portugal, deve-se à conjugação de esforços organizativos, ao nosso grau de desenvolvimento nacional, à capacidade colectiva de realização e ao entusiasmo do Governo português em apadrinhar este projecto, reflectindo, enfim, um sentimento nacional».

O camarada Ricardo Castanheira, que falava durante a discussão de um projecto do PSD sobre a constituição de uma comissão para análise dos recursos públicos envolvidos na organização do Euro 2004, não podia deixar de lembrar que a postura laranja é zigzagueante, conforme é poder ou oposição.



«Mudam-se os tempos, mudam-se as maiorias. Transforma-se a forma como é exercido o poder e, sobretudo, o modo de encarar os desígnios nacionais», disse. Mas, frisou, «o PS não altera o seu entendimento quanto à necessidade de transparência e fiscalização efectiva da aplicação dos dinheiro públicos».

Paixão colectiva

Neste contexto, referiu que o PS entende que a Assembleia da República «deve acompanhar, com proximidade, a organização de tão importante evento para o nosso país com vista, essencialmente, a ser encontrado o consenso parlamentar que ajude a promover e a potenciar, ainda mais, os seus benefícios».

A concluir a sua intervenção, Ricardo Castanheira expressou o seu desejo de que se faça do Euro 2004 «um verdadeiro hino à tradição das nossas selecções e clubes internacionais, um reconhecimento a uma paixão colectiva e o estímulo para um investimento em novas gerações».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO AGOSTINHO GONÇALVES Gestão territorial

ASSEGURAR UM ORDENAMENTO EQUILIBRADO

O deputado do PS Agostinho Gonçalves salientou no dia 28, no Parlamento, que o decreto-lei que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial «é um importante instrumento jurídico para o desenvolvimento da política nacional de ordenamento do território e urbanismo, integrando soluções normativas que se afiguram justas e equilibradas, tendo em conta as finalidades visadas».

Entre os aspectos mais relevantes do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, o parlamentar do PS destacou, entre outros, a consagração «dos instrumentos operacionais necessários à programação da execução dos planos» e a definição das «responsabilidades da administração central e local e dos particulares na implantação de um modelo

de ordenamento que assegure o desenvolvimento económico e social e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos no acesso aos equipamentos e serviços públicos».

Segundo sublinhou Agostinho Gonçalves, o decreto-lei em causa «constitui um instrumento indispensável ao ordenamento do território nacional, nomeadamente garantindo a sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados».

O diploma, assegura ainda, de acordo com o deputado do PS, «a utilização ponderada e parcimoniosa dos recursos naturais e culturais», bem como «tem o nível decisivo mais próximo dos cidadãos incentivando a sua participação».

J. C. C. B.

DEPUTADO ROSA DO EGÍPTO

Viaturas oficiais

REGIME É SUFICIENTEMENTE CLARO



A bancada do PSD pediu a apreciação parlamentar do decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável à permissão da condução de viaturas oficiais dos organismos e serviços do Estado e das autarquias locais por funcionários e agentes que não possuam a categoria de motoristas.

Com isto, os deputados laranja pretendiam introduzir alterações ao diploma, no sentido de obter alguma clareza e precisão nas suas disposições legais.

Para Rosa do Egípto, deputado do PS, esta iniciativa do PSD «evidencia o mérito da medida e reconhece a necessidade de agilizar e normalizar a utilização das viaturas do estado sem que isso dificulte a acção dos seus agentes».

Subjacente ao referido decreto-lei encontra-se o objectivo de imprimir maior celeridade à actuação dos serviços públicos e, ao mesmo tempo, contribuir para a racionalização dos meios que lhe estão afectos.

«Neste contexto, trata-se de uma medida que merece a total concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista», afirmou, categórico, Rosa do Egípto, acrescentando

que o regime em discussão «em nada colide com os regimes vigentes relativos à responsabilidade civil do Estado por acidentes de viação, acidentes em serviço dos seus funcionários e deslocações em serviço dos mesmos».

«Por outro lado, estabelece claramente os contornos da utilização das viaturas oficiais, ao estipular que tal utilização não está ao alcance de qualquer funcionário, mas tão só e apenas dos funcionários ou agentes afectos a determinado tipo de funções», explicou.

O parlamentar do PS esclareceu ainda que o decreto-lei que o PSD queria ver alterado faz depender a utilização dos veículos estatais de uma autorização fundamentada dos serviços e organismos da Administração Pública», o que lhe confere, na prática, «o estatuto de instrumento adequado ao acréscimo dos meios disponíveis para fazer face às necessidades de funcionamento dos serviços».

«Em suma, trata-se de um diploma que contém boas e equilibradas soluções normativas, não sendo entendimento do GP/PS que haja qualquer necessidade de explicitar um texto legal que se afigura totalmente claro e conforme aos objectivos preconizados», concluiu. **MARY RODRIGUES**

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos
depois
de Abril
As pessoas
em primeiro
lugar

NAS BANCAS

GUTERRES QUER EUROPA CAMPEÃ DA COMPETITIVIDADE EM 2010

O prestígio de António Guterres entre os outros líderes europeus continua a afirmar-se e os «média», entre os quais o «Financial Times», prestam cada vez uma maior atenção ao seu pensamento sobre os grandes desafios que a Europa enfrenta neste começo de um novo século marcado pela globalização e pela continuada ofensiva dos teólogos do mercado contra o modelo social europeu, uma conquista civilizacional de muitas décadas de luta dos trabalhadores e dos partidos que se reclamam dos valores do socialismo democrático. A ambição de António Guterres é fazer da presidência portuguesa da UE uma plataforma para tornar a Europa na economia mais competitiva do mundo em 2010, destacou o «Financial Times» em artigo de fundo publicado na sua edição de 12 de Janeiro. «O que desejamos é pôr a Europa a



trabalhar», diz o primeiro-ministro ao diário britânico, acrescentando que deseja que a Europa seja, por volta de 2010, a economia

mais competitiva do mundo, baseada em conhecimento e inovação. Isto, prossegue o próprio «Financial Times»,

pode ser mais do que retórica política, pois Guterres ganhou a reputação de ser uma pessoa com ideias originais entre os políticos do centro-esquerda.

Para a cimeira «Para uma Europa de inovação e conhecimentos, com mais emprego e coesão social», António Guterres, diz o diário britânico, ordena cuidadosamente os seus argumentos e explica porque é agora a altura correcta para levar a Europa para uma expansão mais rápida, com criação de empregos, ao mesmo tempo que reforma - mas não abandona - sistemas de Bem-Estar social dos Estados-membros.

O jornal destaca o prestígio do primeiro-ministro português entre os outros líderes europeus e recorda que Tony Blair, o seu homólogo britânico, sugeriu mesmo o seu nome para presidente da Comissão Europeia, sugestão que Guterres rejeitou, diz o «Financial Times».

PE

Eurodeputados socialistas

VAIRINHOS DEFENDE PESCA PORTUGUESA

O eurodeputado socialista Joaquim Vairinhos defendeu recentemente em Estrasburgo a pesca portuguesa, ao intervir durante a discussão do relatório Cunha.

Na sua intervenção na sessão plenária do PE, Joaquim Vairinhos defendeu que a Comissão Europeia ao estabelecer o futuro programa de orientação plurianual para as frotas de pesca «deve atender ao esforço já desenvolvido pelos Estados-membros, nomeadamente por Portugal».

O camarada Joaquim Vairinhos sublinhou que durante os últimos três anos, em comparação com os três anos anteriores, «houve muito mais ajuda pública à construção, ao mesmo tempo que se reduziu o número de embarcações abatidas».

Casaca crítica peritos independentes

O eurodeputado socialista Paulo Casaca, por sua vez, numa intervenção em Estrasburgo, manifestou-se contra a ideia do grupo de peritos independentes de querer proibir a filiação partidária dos comissários.

Recorde-se que esta posição, algo exótica, dos peritos independentes foi reprovada pelo PE, que reafirmou a liberdade dos comissários adoptarem a filiação partidária que pretendessem.

O camarada Paulo Casaca considerou ainda a criação de um Comité Permanente



Independente de garantia dos princípios éticos, proposta pelos «sábios» para substituir a supervisão do PE sobre a Comissão, «uma invasão inadmissível na esfera das competências do PE». Acrescentou que a posição dos peritos é reveladora da sua «ignorância» sobre esta matéria.

Situação preocupante na Áustria

Os eurodeputados socialistas portugueses assinaram um apelo onde manifestam a sua «preocupação» pela situação política na Áustria.

Este apelo surge na sequência da abertura de negociações entre os conservadores e a extrema-direita racista, xenófoba e anti-europeia, tendo em vista a formação de um governo.

J. C. CASTELO BRANCO

ANGOLA

Tragédia

ONU ESCUTA ACUSAÇÕES MUITO FORTES CONTRA SAVIMBI

O Conselho de Segurança da ONU escutou em Nova Iorque, acusações muito duras contra o líder da UNITA, Jonas Savimbi, feitas por antigos companheiros seus, entre eles um filho.

Os testemunhos foram gravados em vídeo pelo embaixador do Canadá na ONU, Robert Fowler - que preside ao Comité de Sanções da ONU para Angola -, durante a visita que efectuou entre 8 e 16 de Janeiro a Angola, e apresentados no dia 18, na sala do Conselho de Segurança, por ocasião de um debate aberto sobre a situação em Angola.

Fowler explicou que um dos objectivos da sua viagem era conversar com membros da UNITA que tivessem desertado ou tivessem sido capturados.

O diplomata regressou a Nova Iorque com 15 horas de conversas gravadas (resumidas numa versão de 30 minutos para o Conselho de Segurança) com seis pessoas: o general Jacinto Bandua, responsável da logística da UNITA entre 1995 e 1998 e do gabinete de Savimbi; o coronel Alcides Kangunga, que representou a UNITA em vários países africanos; e o coronel Aristides Kangunga, responsável pela rede de comunicações. Os restantes são o tenente-coronel José António Gil, responsável dos movimentos aéreos na província do Bié; um filho de Savimbi, Araújo Sakaito; e um oficial não identificado, enviado ao estrangeiro para treino militar.

De acordo com estes testemunhos, Savimbi ordenou o abate de qualquer avião ao alcance da sua artilharia e deu instruções «precisas» para que fossem enterrados os restos dos aparelhos derrubados e queimados os restos mortais dos tripulantes, para que não subsistissem quaisquer provas.

Quando informado dos ataques contra dois aviões das Nações Unidas, manifestou-se satisfeito com o resultado - segundo a mesma fonte.

Diamantes para comprar material de guerra

As declarações dos antigos elementos da UNITA sugerem que a organização atravessa problemas financeiros e que Savimbi utiliza os diamantes como moeda para comprar material de guerra e combustíveis, transacções que realiza mediante intermediários, que se encaregam igualmente do transporte.

Um dos testemunhos salienta que Jonas Savimbi jamais abandonará Angola, quedando-se no interior mesmo que isso lhe custe a vida.

Fowler disse na ocasião que apresentará as suas recomendações em Março próximo, depois da apresentação do relatório que vários grupos de peritos estão a elaborar, que corroborarão as informações com outras fontes e estudarão medidas adicionais que possam ser adoptadas.

PATRIMÓNIO MAIS BENEFICIADO

O património é o domínio de actuação do Ministério da Cultura que vai receber, este ano, a maior fatia do seu orçamento: cerca de 18,4 milhões de contos.

O anúncio foi feito no dia 1, pelo ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, durante a apresentação à Imprensa, no Palácio Nacional da Ajuda, da proposta de orçamento para a sua tutela.

O governante deverá expor a referida proposta em pormenor na próxima segunda-feira, na Assembleia da República, perante a Comissão de Ciência, Educação e Cultura.

Além de ser o domínio que irá receber mais recursos em termos globais, é aquele que cresce mais relativamente a 1999, com uma variação de 22,7 por cento.

Na sua globalidade, o orçamento ascende a 51,2 milhões de contos. Deste montante, 49,9 milhões estão previstos no Orçamento de Estado para o Ministério da Cultura e mais 1,3 milhões inscritos na dotação provisional do Ministério das Finanças para a cultura, nomeadamente um milhão para o Porto 2001 AS, e 300 mil contos para o Teatro Camões.

Os outros domínios registam aumentos relativos a 1999 de 22,2 por cento para os arquivos, bibliotecas, livro e leitura (7,7 milhões de contos), mais 21,6 por cento para os teatros nacionais, Companhia



Nacional de Bailado e Orquestra Nacional do Porto (6,2 milhões), mais 12,9 para as artes do espectáculo e visuais (7,9 milhões), mais 11,5 por cento para o cinema, audiovisual e multimédia (5,8 milhões) e mais 11,4 por cento para actividades de apoio e socioculturais (3,9

milhões).

Carrilho considerou que o orçamento da Cultura para 2000 «é o melhor de sempre, o que representa maior crescimento e equilíbrio», explicando que os valores propostos visam «permitir a concretização do programa do Governo para a área da cultura» e «consolidar a política cultural lançada na legislatura anterior», que tem como principais objectivos a defesa e valorização do património, o livro e a leitura, apoio à criação e internacionalização.

Os dados fornecidos pelo Ministério sobre o novo orçamento apontam uma subida global de 7,8 milhões de contos relativamente a 1999 e um aumento de 20 milhões de contos comparativamente a 1995.

Este crescimento, segundo assinalou o titular da pasta da Cultura, vai permitir atingir gradualmente «os parâmetros europeus e recuperar do atraso estrutural anterior».

A entrada em vigor, este ano, do Quadro Comunitário de Apoio III, no qual está previsto, pela primeira vez, um Programa Operacional para a Cultura, atribuirá ao sector um volume de financiamento comunitário de 52,5 milhões de contos.

Com o apoio de fundos comunitários, e já para 2000, os programas de investimento mais significativos a desenvolver são a recuperação de monumentos classificados como o Mosteiro de Grijó, o

Convento de Santa Clara-a-Velha e o Mosteiro de Tarouca.

Está ainda prevista a recuperação de aldeias históricas, a valorização de sítios arqueológicos como Miróbriga e São Cucufate, o início da construção do Museu do Parque Arqueológico do Vale do Côa, a renovação da Rede Nacional de Museus e o desenvolvimento da Rede Nacional de Salas de Espectáculo.

No quadro dos orçamentos para os serviços e fundos autónomos regista-se um aumento de 5,5 milhões de contos relativamente ao ano anterior, num total de 28,8 milhões de contos para 2000.

Aqui se inclui, nomeadamente, o Instituto Português de Museus, que não tinha autonomia financeira em 1999, recebendo este ano 3,4 milhões de contos.

Ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) caberão 9,8 milhões de contos (mais 14 por cento), à Companhia Nacional de Bailado 0,8 milhões de contos (mais 14,3 por cento), o Teatro Nacional de S. Carlos será beneficiado com 2,5 milhões de contos (mais 31,6 por cento), a Orquestra Nacional do Porto recebe 0,7 milhões de contos (mais 40 por cento)

O Teatro Nacional D. Maria II e a Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema mantêm os valores orçamentais de 1999, 1,2 milhões de contos e 1,0, respectivamente.

FISCALIZAÇÃO APREENDE 100 MIL CONTOS EM PIRATARIA

O ministério de Manuel Maria Carrilho prossegue a sua luta sem tréguas à pirataria em defesa dos direitos dos autor e dos artistas, intérpretes e produtores, bem como do Estado de Direito democrático que não pode pactuar com este esbulho aos criadores artísticos e culturais.

A fiscalização intensificou em 1999 o cerco aos piratas culturais e os números falam por si.

A Inspeção-Geral de Actividades Culturais (IGAC) apreendeu durante o ano de 1999 cerca de 32.000 cassetes e CDs piratas, cujo valor ascende a perto de 100 mil contos.

De acordo com aquele organismo tutelado pelo Ministério da Cultura, o ano de 1999 revelou uma tendência para um crescimento da pirataria audiovisual em Portugal, especialmente em CDs musicais



e CD-R com jogos virtuais, programas digitais e multimédia.

Ao longo do ano, a IGAC desenvolveu 1105 acções inspectivas que tiveram por objectivo fazer cumprir a legislação relativa aos direitos de autor e dos artistas, intérpretes e produtores, de forma a combater eficazmente a pirataria.

Destas fiscalizações, 721 foram realizadas

nos sectores da edição, distribuição e comercialização de produtos audiovisuais, de que resultou a apreensão de 31.985 cassetes e CDs, a que corresponde um valor estimado em 99.641 contos.

Lisboa, Porto, Aveiro e Braga foram os distritos onde se efectuou a maior parte das apreensões, correspondendo a 78 por cento do total do País.

Em termos do valor da pirataria e equipamentos apreendidos, o distrito de Lisboa é o palco privilegiado da actuação dos piratas, mantendo-se à cabeça da lista, com 47 por cento, seguido do Porto, com 26,8, e Castelo Branco, a registar 7 por cento.

Feira da Ladra é entreposto da pirataria

Considerando a existência de um aumento significativo da pirataria em feiras e mercados populares, a inspeção-geral, na maior parte das vezes com a colaboração da Brigada Fiscal da GNR, aumentou

também neste sector a fiscalização.

Assim, as acções em feiras passaram das 23 efectuadas em 1998 para 60 em 1999, em que foram inspeccionadas cerca de 200 bancas de comerciantes, contra as 77 do ano anterior.

À excepção da Feira da Ladra, em Lisboa, considerada «um verdadeiro entreposto da pirataria», a maior parte das apreensões efectuou-se a norte de Coimbra, com especial incidência nos distritos do litoral.

No âmbito do combate à pirataria, a inspeção-geral realizou ainda 83 perícias a obras artísticas/literárias, na sua maioria a solicitação dos tribunais, onde decorreram processos-crime por presunção de infracção ao Código do Direito de Autor e Direitos Conexos, a que corresponderam 4335 exemplares, compostos por cassetes, CD, livros e outros artigos.

Os inspectores das actividades culturais foram ainda convocados para 41 audiências de julgamentos na qualidade de testemunhas de acusação em processos-crime ou como peritos.

J. C. B.

IR PARA ALÉM DA DECLARAÇÃO PRINCÍPIOS

A rotulagem, a inclusão do princípio da precaução e a não subordinação do acordo a outros compromissos internacionais foram as pedras de toque das negociações do Protocolo de Biosegurança cuja adopção só constituiu uma certeza no momento final.

Durante os cinco dias de negociações em Montreal, dividiram-se as opiniões sobre o sucesso do encontro que pretendia criar as regras para o comércio internacional de organismos geneticamente modificados (OGM) e mesmo na madrugada de do dia 29, durante as sucessivas reuniões, eram poucas as certezas em relação ao seu êxito.

Com este acordo, resultado de um autêntico «braço-de-ferro» entre a União Europeia, presidida por Portugal, e o grupo liderado pelos Estados Unidos, os países ficam protegidos em relação aos transgénicos, cujas verdadeiras consequências para a biodiversidade e saúde humana estão ainda por descobrir. Além da possibilidade de negarem a entrada de OGM (para alimentação, rações ou processados, como as farinhas), ficou consagrada a equidade entre este acordo



e outros internacionais, não se submetendo por isso a entidades como a Organização Mundial de Saúde, tal qual o grupo de Miami gostaria.

Por outro lado, o grupo dos maiores produtores e exportadores de transgénicos (Argentina, Austrália, Chile, Canadá e Uruguai, liderados «na sombra» pelos norte-americanos), conseguiram para si o

estabelecimento das regras de rotulagem de transgénicos dois anos após a entrada em vigor do protocolo, uma questão que beneficia as empresas, concedendo-lhes mais tempo para procederem às mudanças necessária para a identificação dos seus produtos.

Questão que já vinha acertada da última reunião, em Cartagena, foi a exclusão

deste acordo dos produtos farmacêuticos, do transporte dos transgénicos e da aplicação aos usos confinados (experiências).

Na «maratona» de negociações, a União Europeia teve a seu lado o grupo dos países em vias de desenvolvimento, afinal o que poderia sair mais prejudicado em termos mundiais tendo em conta a sua falta de legislação interna sobre esta questão e «fragilidade» no contexto internacional.

Os cerca de 130 países representados no encontro foram «mediados» pelo ministro do Ambiente colombiano, Juan Mayr, que conseguiu alcançar o objectivo do consenso em torno de um documento que, aparentemente, agrada a todos, incluindo os ambientalistas, que não pararam de pressionar os governos a adoptar um «protocolo seguro», mesmo que isso significasse estar na rua com temperatura muito próximas dos 40 graus negativos.

Em Maio, o acordo será assinado na V Conferência das partes à Convenção da Biodiversidade, esperando o mundo que não seja necessária a sua ratificação para que as regras sobre transgénicos comecem, de facto, a ser postas em prática.

ÁGUA E SANEAMENTO VÃO TER 840 MILHÕES NOS PRÓXIMOS SEIS ANOS

O ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou no dia 31 que, até 2006, vão ser investidos 840 milhões de contos nos sectores do abastecimento de água e tratamento de esgotos, para que Portugal atinja os padrões europeus.

Associações multimunicipais - financiadas por fundos europeus -, investidores privados e o Estado serão os financiadores daquele investimento que, segundo o ministro, vai resolver «de uma vez por todas» os problemas relativos ao saneamento básico e ao tratamento de águas residuais. Dentro de seis anos, José Sócrates pretende que Portugal atinja a média europeia, com uma cobertura total de 95 por cento no abastecimento de água canalizada e de 90 por cento no que respeita ao tratamento das águas residuais.

Durante a cerimónia de concessão da construção e gestão das infra-estruturas de saneamento dos municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós à empresa SIMLIS (Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA), José



Sócrates afirmou que o seu Ministério tem de ser visto, também, como «Ministério do saneamento básico».

Assim, este responsável governamental pretende aprofundar a colaboração com os municípios e investidores privados, para criar «soluções supramunicipais integradas que sirvam esgotos urbanos e industriais, porque o País não tem dinheiro para fazer soluções para uns e para outros».

No caso de Leiria, a este sistema foi associado o tratamento dos efluentes das suiniculturas da região.

No conjunto dos cinco municípios que compõem a AMAE (Associação de Municípios da Alta Estremadura), existem cerca de 350 mil porcos que produzem resíduos equivalentes aos produzidos por uma população de mais de 1,1 milhões de pessoas.

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, associou-se à criação do SIMLIS, estabelecendo um protocolo com as associações de suinicultura locais, por forma a que os produtores nelas

integrados depositem os afluentes das suas explorações no sistema de recolha, após um pré-tratamento inicial.

Capoulas Santos considerou «essencial e ambicioso» este projecto e elogiou o empenho dos suinicultores na resolução dos problemas decorrentes da poluição provocada pela produção suinícola.

Até 2003, o SIMLIS vai investir 10,5 milhões de contos na construção de interceptores, emissários e estações de tratamento de águas residuais.

Paralelamente, o Ministério da Agricultura e as associações de suinicultores vão investir cerca de sete milhões de contos em sistemas de pré-tratamento dos efluentes suinícolas.

As câmaras municipais, financiadas por fundos comunitários, caberão os investimentos nos pequenos ramais até à rede de saneamento em alta, num total de despesa superior a sete milhões de contos.

José Sócrates afirmou estar confiante na execução deste projecto e acredita que os resultados serão visíveis já em 2004.

SANÇÕES MAIS PESADAS PARA FALSOS RECIBOS VERDES E OUTRAS INFRACÇÕES

O inspector-geral do Trabalho, Mota da Silva, escreveu uma carta a todas as empresas portuguesas, numa acção de sensibilização para o cumprimento da lei, procurando assegurar que os novos e bastante mais elevados valores das sanções laborais são conhecidos.

«Promover um ambiente favorável ao cumprimento do Direito do Trabalho e à regulação social e económica» é, segundo o inspector-geral do Trabalho, um dos objectivos desta acção de sensibilização e informação dirigida às 213 mil empresas e entidades empregadoras que representam «todo o universo das relações de trabalho de direito privado».

Mota da Silva refere que a acção em causa se insere numa estratégia visando que a «desresponsabilização não seja aceite pela opinião pública» e o que o desconhecimento da lei não seja utilizado como justificação para o seu incumprimento.

Em relação às sanções pecuniárias, Mota da Silva lembrou que «a melhor doutrina europeia» as encara como «um incentivo à modernização das empresas», lamentando que em Portugal elas sejam vistas apenas como uma penalização. Na defesa de tal doutrina, o inspector-geral



na carta enviada às empresas classifica o novo regime sancionatório como «um desafio e uma oportunidade».

Respeito pelos direitos dos trabalhadores

«A melhoria da produtividade e competitividade das empresas e organizações passa pelo reconhecimento e respeito pelos direitos dos trabalhadores e melhoria das condições de trabalho».

assinala Mota da Silva na missiva. Adianta que «os novos modelos de trabalho flexível devem basear-se no diálogo social e na inovação e desenvolver-se sem pôr em causa os direitos dos trabalhadores».

«O recurso ao trabalho ilegal afecta, não só os direitos de quem trabalha, como também os direitos das empresas cumpridoras e desvirtua a concorrência leal entre empresas», salienta ainda.

Situações graves de violação das normas de segurança e saúde no trabalho, de trabalho clandestino ou infantil, de falso trabalho autónomo, como sejam os recibos verdes ilegais e os falsos empresários em nome individual, de salários em atraso e de trabalho suplementar ilegal e de violação da duração do trabalho são «inaceitáveis, por imperativo legal e também social», lembra a missiva.

Inaceitáveis discriminações sexuais

Como inaceitáveis são ainda classificadas a discriminação em função do sexo, a violação de legislação relativa à protecção da maternidade e paternidade e a falta de declaração e de pagamento das

contribuições devidas à segurança social. Mota da Silva assinala ainda que «às grandes empresas e organizações são exigidas particulares responsabilidades sociais», alertando para «a necessidade de se garantir que nas cadeias de subcontratação só participem empresas/ organizações de qualidade e cumpridoras da Lei».

Em anexo à carta segue o novo regime jurídico das contra-ordenações laborais, em vigor desde Dezembro de 1999, com exemplos comparativos entre o anterior e o actual regime.

Na nota enviada à comunicação social acerca da referida carta, o inspector-geral refere também dois exemplos.

Uma acção inspectiva recente na Aldeia da Luz (Alqueva) levou à instauração de processos cujas sanções mínimas se situam na ordem dos 30 mil contos quando pela legislação anterior não ultrapassariam os mil contos.

Uma média empresa com 10 trabalhadores em situação de falso recibo verde ou de falso empresário individual por infracção à legislação sobre obrigatoriedade do seguro de acidentes de trabalho estava sujeita a uma sanção mínima de 20 contos e pelo novo regime tal sanção passa a ser de 8300 contos.

BENEFICIADAS 420 MIL PESSOAS

O Rendimento Mínimo Garantido (RMG) abrange actualmente cerca de 420 mil pessoas. As garantias são dadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Em Dezembro do ano passado, o número de famílias beneficiárias do programa era de 144 984, o que representa um aumento de 31,31 por cento face a igual mês de 1998.

Ainda no último mês do ano passado, 40 422 agregados familiares, anteriores beneficiários, tinham entretanto o «rendimento mínimo garantido cessado», ou seja, tinham saído do sistema, o que representa um aumento de cerca de 113,8 por cento face a 1998.

Segundo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, as mais de 40 mil famílias que deixaram de ser beneficiárias fizeram-no «por razões que maioritariamente se prendem com a alteração das condições de grave carência económica em que se encontravam».

O RMG foi criado em Julho de 1996, através de projectos-piloto. No final de 1997, havia já 34 912 famílias abrangidas pelo sistema e 3 121 famílias que deixaram

de ser beneficiárias. No primeiro ano, os montantes processados para o programa ascenderam a 9,7 milhões de contos, tendo passado para 39,5 milhões de contos no final de 1998.

No ano passado, as verbas processadas ascenderam a 56 milhões de contos, o que representa um aumento de 41,77 por cento face aos valores de 1998 e um crescimento de 49,3 por cento face aos 37,5 milhões de contos orçamentados para 1999.

Para este ano, os montantes agendados para o programa elevam-se a 57,5 milhões de contos, o que representa um crescimento da ordem dos 2,67, ou seja, 0,67 pontos percentuais acima da inflação esperada.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, explicou segunda-feira, dia 31, em Lisboa, que «este valor representa, pela primeira vez, uma estimativa que se aproximará da cobertura integral da população que terá direito a esta prestação».

«A previsão de despesa para 2000 traduz-se num apenas ligeiro acréscimo face ao realizado em 1999 e, desta forma, assume

que atingimos já, aproximadamente, a cobertura desejada das famílias em condições de acesso ao rendimento mínimo garantido», acrescentou.

Nos 485 milhões de contos transferidos do Orçamento do Estado para o orçamento da Segurança Social, em cumprimento da respectiva Lei de Bases, incluem-se «cinco milhões de contos para compensar a despesa efectuada em 1999 (com o rendimento mínimo) e não contemplada nesse ano».

Acordos de inserção em marcha

O Estado já assinou 44 365 contratos de inserção social e profissional abrangendo 119 006 pessoas no âmbito do Rendimento Mínimo Garantido.

Esta informação, referente a dados até Outubro de 1999, foi divulgada, terça-feira, pelo Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS) no âmbito do seminário europeu «Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza na União Europeia: A Garantia de Um Rendimento Mínimo». A principal área de inserção das pessoas integradas nos acordos é a de Acção

Social, com 31 por cento das 119 006 pessoas abrangidas a beneficiarem dos cuidados dos sistemas existentes.

A seguir aparece a área da Saúde, que se ocupa com 24 por cento das pessoas envolvidas nos acordos de inserção, seguindo-se o regresso ao sistema de Educação para 18 por cento e o Emprego com 13 por cento.

A área de Habitação possibilita a inserção de 10 por cento das pessoas, enquanto 4 por cento dos beneficiários referidos são integrados em programas de Formação Profissional.

A autonomização dos beneficiários é apoiada pelas 323 Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) existentes em Portugal, referindo o IDS que «cerca de seis mil organizações, de participação obrigatória e voluntária, têm vindo a assumir o desafio de dar corpo a um processo de autonomização das famílias e beneficiários».

As CLA são compostas em 40 por cento por juntas de freguesia, em 19 por cento por Instituições Particulares de Solidariedade Social e em 12 por cento pelas associações sindicais.



Cascais

Novo espaço desportivo para a Madorna

A autarquia de Cascais vai apoiar o Centro Cultural Desportivo e Recreativo da Madorna na construção da sua sede social, através da entrega de um conjunto de subsídios no valor de 20 mil contos, permitindo deste modo o reforço da qualidade e o aumento do número de actividades desenvolvidas por este clube.



A construção deste novo espaço está inserida num projecto de recuperação que a autarquia de Cascais está a desenvolver na zona da Madorna e que já implicou a construção de vários espaços verdes, arruamentos, passeios, parque infantil e locais para estacionamento de veículos.

Coimbra

Câmara cria memória fonográfica da cidade

Construir a memória sonora de Coimbra é um dos objectivos da Fonoteca, que deverá entrar em funcionamento em Abril na Casa Municipal da Cultura, reunindo registos discográficos de vários géneros.



Música tradicional e erudita, jazz, pop-rock, bandas sonoras de filmes e programas televisivos, canções infantis e as novas linguagens musicais («Body music», música concreta, minimal repetitiva e de computador) são registos que os utentes poderão encontrar na fonoteca e levar para casa a título de empréstimo, à semelhança do que se passa nas bibliotecas. No entanto, haverá também fonogramas

não musicais, como discursos, proclamações, comícios e poesia, disse o director do departamento de Cultura da autarquia, Vasco Pereira da Costa. O responsável referiu que é intenção da Câmara Municipal constituir um fundo local que reuna todos os fonogramas relacionados com Coimbra, nomeadamente sobre a música da resistência.

José Afonso, António Portugal, António Bernardino, Adriano Correia de Oliveira, Luís Gois, Paradelas de Oliveira, Lucas Junot, Artur Paredes, Edmundo Bettencourt, Pinho Brojo, Rui Pato, José Mário Branco e Fausto são exemplos de intérpretes da canção de protesto que deverão integrar o acervo. «Pretendemos concatenar os fonogramas sobre a música da resistência portuguesa com bibliografia e imagem para que, quem vier à Casa Municipal da Cultura e queira por exemplo, dados sobre José Afonso, se limite apenas a escrever o nome e obtenha todas as informações disponíveis sobre ele», explicou.

Com o objectivo de reunir o máximo de fonogramas, os responsáveis do projecto vão fazer um apelo aos munícipes para que cedam, a título de empréstimo, registos antigos, em disco ou fita magnética, que possam ajudar a construir a memória da música de Coimbra.

Além de possibilitar aos utentes ouvir os fonogramas na Casa Municipal da Cultura ou requisitá-los, mediante o pagamento de uma simbólica contribuição, a Fonoteca tem já previstas actividades pedagógicas, de que é exemplo um programa de iniciação musical, realizado em colaboração com o Conservatório de Música de Coimbra.

A Fonoteca – que ficará adstrita à Divisão de Biblioteca de Arquivo – desenvolverá também actividades complementares, como conferências, debates e painéis sobre artistas e obras, por ocasião de grandes acontecimentos musicais da cidade, como o Festival Internacional de Música e o Ciclo de Quartas (Jazz).

Casa Municipal da Cultura

Vasco Pereira da Costa disse ainda que o projecto, orçado em 14.500 contos, se insere «na ideia de mediateca para a qual os serviços pretendem caminhar, onde todos os suportes de informação são também suportes de cultura».

«Vamos sentindo as pulsações e os desejos do público. Já tínhamos a Imagoteca (arquivo de imagens) e achámos que o serviço de audiovisuais requeria uma outra dimensão», justificou.

A Casa Municipal da Cultura de Coimbra abriu em 1993, estando inicialmente projectada para acolher apenas a Biblioteca, mas acabou por se transformar num pólo dinamizador de práticas culturais.

Ferreira do Alentejo

Orçamento em euros

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo continua na primeira linha da modernidade.

O município aprovou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento em euros e em conformidade com o POCAL.



De referir que a autarquia já introduziu o novo sistema POCAL que só se tornará obrigatório para a generalidade das câmaras em 2001.

Contudo, o município de Ferreira do Alentejo decidiu desde já adoptar o POCAL abrindo caminho para novas formas de gestão autárquica mais modernas e mais adequadas a enfrentar os desafios do futuro.

Fundão

Reciclar é preservar a vida

A Câmara Municipal do Fundão vai lançar a campanha ambiental «Reciclar é preservar a vida».

O objectivo da iniciativa é sensibilizar os munícipes para a recolha selectiva do lixo. A campanha, desenvolvida através da distribuição de desdobráveis pelas habitações, indicando onde estão os ecopontos, visa contribuir para a alteração do comportamento dos cidadãos, de forma a terem atitudes mais amigas do ambiente.

Santo Tirso

Protocolo para instalação de parques empresariais

O município de Santo Tirso acaba de celebrar com a Associação Empresarial de Portugal e a Associação Comercial e Industrial de Santo Tirso um protocolo relativo à instalação e gestão de parques empresariais no concelho.



Para a autarquia, este protocolo permite atingir vários objectivos importantes, entre os quais, melhorar o ordenamento do tecido industrial no concelho, implantar e expandir as áreas destinadas à fixação de indústrias no município e qualificar esses espaços dotando-os das condições e das infra-estruturas adequadas.

Sintra

Prevenção das toxicodependências

A Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês promoveu no dia 27 de Janeiro um encontro entre um elemento da organização Alcoólicos Anónimos e alunos das escolas secundárias Leal da Câmara e de Mem-Martins.



O objectivo desta reunião foi contribuir para que se faça junto dos mais novos uma prevenção das toxicodependências (droga e álcool).

Vila Real de S. António

Autarquia apoia aquisição de viaturas para clubes

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António acaba de entregar a comparticipação a seis clubes do concelho que adquiriram viaturas para o transporte de atletas.



A comparticipação da autarquia visa valorizar o património dos clubes, ao mesmo tempo que aumenta a sua capacidade de dinamização da prática desportiva com o reforço das condições de transporte dos atletas.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Autarcas PS anunciaram proposta

Os autarcas do PS/Açores anunciaram a apresentação ao Governo Regional de uma proposta criando mecanismos de apoio financeiro, a curto prazo, para os investimentos a executar a partir deste ano.

Numa conferência de Imprensa em Ponta Delgada, o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, sustentou que com essa proposta se pretende atenuar o desfasamento existente entre os pagamentos comunitários e a sua recepção pelas autarquias.

«É preciso anular o efeito restritivo que os grandes prazos de reembolso dos pagamentos comunitários provocam na capacidade de execução das câmaras, e por conseguinte, na situação financeira do tecido regional», disse o camarada Sérgio Ávila.

Segundo os autarcas socialistas açorianos, «este é o grande desafio para que possa existir uma boa execução do III Quadro Comunitário de Apoio e um desenvolvimento regional no âmbito do poder local».

Criticaram, por outro lado, a actual gestão da Associação de Municípios das ilhas, acusando o seu presidente de « não ter sido capaz de criar um clima de diálogo e encontrar as melhores soluções de cooperação entre autarquias e Governo».

O cargo tem vindo a ser ocupado pelo presidente da Câmara de Ponta Delgada, Manuel Arruda, também líder do PSD.

ALANDROAL

Socialistas elogiam Governo

As Secções Concelhias do PS de Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa «congratulam-se com a decisão do Governo de incluir no III QCA uma intervenção específica para a Zona dos Mármore, o que acontece pela primeira vez».

No comunicado emitido no dia 1, as Secções Concelhias do PS de Alandroal, Borba, Estremoz e Vila Viçosa «congratulam-se igualmente com a continuação da aposta no desenvolvimento do Alentejo por parte do Governo, traduzido no investimento global de 8444 milhões de contos, estando o programa destinado às autarquias dotado de 371 milhões de contos (sete vezes e meia superior ao anterior programa destinado às autarquias pelo PSD no II QCA)».

ÉVORA

PS crítica autarcas

A Comissão Política Concelhia de Évora do PS acusou no dia 20 Carmelo Aires e Abílio Fernandes, vereador e presidente da Câmara local, respectivamente, de prestarem um «péssimo serviço» à democracia e ao Poder Local.

Em comunicado assinado pelo presidente da concelhia, camarada Domingos Cordeiro, o PS/Évora considera que, na conferência de Imprensa em que Carmelo Aires anunciou a sua demissão de militante do PSD, foram misturadas questões partidárias com questões autárquicas.

Promiscuidade

«Em papel timbrado da Câmara Municipal de Évora e em nome desta, o respectivo presidente, eleito pela CDU, Abílio Fernandes, convocou uma conferência de Imprensa no Salão Nobre dos Paços do Concelho», recordam os socialistas no comunicado.

Os socialistas de Évora acrescentam que a reunião com a Comunicação Social serviu para que Carmelo Aires comunicasse que abandonava o PSD.

O vereador eleito pelo PSD na Câmara de Évora, Carmelo Aires, tornou pública a decisão de abandonar o partido em que militava desde 1974, e de manter o cargo de vereador, passando a independente, o que, há que convir, do ponto de vista ético é uma atitude a merecer reprovação.

A conferência de Imprensa serviu igualmente para Carmelo Aires (qual será a ideologia deste autarca?) fazer o balanço de dois anos de mandato.

Nas autárquicas de 1997, a CDU foi o partido mais votado e conquistou três lugares no executivo. O PS elegeu três vereadores e o PSD um.



OURÉM

JS apoia Gameiro

O Secretariado Concelhio da JS de Ourém reunido no dia 29 de Janeiro deliberou, por unanimidade, «manifestar o seu total apoio à candidatura de António Gameiro para a presidência da Comissão Política Concelhia do PS/Ourém». Para os jovens socialistas, «o aparecimento de uma só lista, liderada pelo camarada António Gameiro, demonstra que o Partido está unido em redor do candidato e do principal objectivo político do PS/Ourém, vencer as autárquicas de 2001».

Renovação na continuidade

A JS/Ourém refere ainda que «a candidatura do camarada António Gameiro é uma renovação na continuidade do trabalho realizado ao longo dos últimos anos por Paulo Fonseca».

Guterres e Lamego no Congresso da IUSY

O camarada António Guterres, secretário-geral do PS e presidente da Internacional Socialista, acompanhado do camarada José Lamego, secretário Internacional do PS, esteve presente no Congresso da IUSY, em Hamburgo, Alemanha, que decorreu de 27 a 30 de Janeiro.

No dia 29, sábado, o presidente da Internacional Socialista fez uma intervenção sobre o «Futuro do Socialismo».



Camarada Galamba no Funchal

O camarada António Galamba, secretário nacional para a Organização e membro do Secretariado e Comissão Permanente do PS, deslocou-se no passado domingo, dia 30, ao Funchal, onde teve uma reunião de trabalho com a Comissão Permanente do PS/Madeira. Numa altura em que o PS/Madeira é cada vez mais uma alternativa credível à gestão populista e autoritário de Alberto João Jardim, a visita do camarada António Galamba surge como um impulso importante ao trabalho realizado pelos socialistas madeirenses em condições particularmente difíceis num arquipélago onde o défice democrático é ainda uma realidade.



Jorge Coelho reúne com federações

O coordenador da Comissão Permanente, Jorge Coelho, e os responsáveis regionais Edite Estrela, Narciso Miranda, José Junqueiro e António Galamba, prosseguem o ciclo de reuniões que têm vindo a manter com as federações distritais, com vista à preparação das eleições autárquicas de 2001, de acordo com o seguinte calendário: 4 de Fevereiro, 20 horas, Federação de Beja – Sul (Beja, Évora, Faro e Portalegre); dia 5 Lisboa, Setúbal, FRO e Santarém.



ENERGIA: UM SECTOR ESTRATÉGICO

Algumas reflexões: o planeta vive com recrudescimento de grandes problemas de tipologia económica, social, ambiental, sendo de salientar as grandes distorções entre regiões no âmbito social e ao nível da sobrevivência humana e também ao nível da sobrevivência das espécies animal e vegetal. A irreversibilidade das matérias-primas, da qualidade da camada grossa e das águas, são preocupações a ter em conta. É também neste contexto que irei abordar a EDP, empresa de grandes recursos e de enorme importância, para a comunidade no seu desenvolvimento.

Abordar os problemas energéticos de uma maneira simplista e não abrangente não serve os propósitos de ninguém e muito menos de um país. A EDP não pode ser vista, em minha opinião, num contexto apenas económico.

Portugal é um país de recursos limitadíssimos em matérias-primas, pelo que a dispersão de esforços tornará mais pesada a factura da sobrevivência.

Hoje 2+2 não são 4, mas sim 5. Temos que favorecer as sinergias, só assim conseguiremos ultrapassar o fosso do desenvolvimento relativamente à União Europeia. Favorecer energias implica que, com inteligência, escolhamos os meios ao dispor para resolvermos o atrofiamiento no que concerne à área produtiva em que se encontra o nosso país. Não é por privatizar e só por isso que se vai modificar todo o processo de produção. Portugal, antes do 25 de Abril, era o país com menos estruturas públicas da Europa ocidental e da OCDE ao lado do Japão e Portugal era o mais atrasado da Europa. Depois da revolução de Abril foram nacionalizadas muitas empresas e não foi por isso que deixámos de ser os mais atrasados da Europa do Quinze. Curiosamente, países como os nórdicos que têm um sector estatal de dimensões razoáveis são os primeiros em desenvolvimento económico, em distribuição da riqueza, não só em prestações sociais como remuneratórias. Afinal o que está mal não é o sistema em moda, mas sim a incompetência que se generalizou, bem como os métodos de gestão e dos recursos humanos incorrectos. Os portugueses têm vindo a sentir essa mesa incompetência ao longo dos anos.

O despesismo, a desmotivação induzida no mundo do trabalho, a desmoralização dos meios imateriais, são factores a considerar na apatia generalizada dos recursos. O nosso maior potencial está precisamente na mulher e no homem, mas em Portugal desperdiça-se esse mesmo potencial.

É interligando o país, a empresa e o social que se propôs a reestruturação do sector da EDP. Só assim se poderá conceber o que melhor serve Portugal.

A EDP formou-se a partir de muitas empresas e autarquias. Houve uma concentração de energias que conseguiu electrificar este país.

Quem ligar o quadro sinóptico de Portugal,



relativamente à electricidade distribuída, vê a diferença entre 1976 e 1999. Foram 23 anos de trabalho do sector público que se realizou em situações por vezes muito difíceis, mas que a EDP e os seus trabalhadores se podem orgulhar de ter conseguido uma das infra-estruturas que se pode considerar estratégica para o desenvolvimento de Portugal. Foi sem dúvida o trabalho de todos os funcionários desta empresa que garantiu e garante o abastecimento de electricidade em pontos do território que poucos ousariam imaginar que viesse acontecer. Cerca de 97 por cento do território nacional está mal electrificado. Em outros sectores, como o saneamento básico, os países tem atrasos, portanto o esforço público não concentrado e privado não conseguiram resolver problemas da qualidade de vida das populações.

Os portugueses querem viver melhor e por isso é necessário reformular mentalidades, no que concerne ao saber e como fazer num novo quadro internacional globalizante. Está na altura de sermos os protagonistas do desenvolvimento acelerado e sustentado, está na altura de identificarmos e corrigir as atitudes para mais convenientemente ajustarmos as políticas do desenvolvimento ao país, também está na altura de deixarmos interesses pessoais para passarmos a ter objectivos colectivos não colectivistas.

Temos que garantir aos portugueses mais e melhores valores de solidariedade efectiva, é com este vínculo que se deverão perspectivar as reestruturas no sector e consequentemente na EDP. Não podemos esquecer que a EDP ajudou por intermédio dos seus colaboradores a desenvolver as regiões mais esquecidas no plano cultural, socioprofissional, económico e ambiental. Hoje a EDP encontra-se no plano europeu nas primeiras empresas em dimensões e no plano mundial em 249º lugares nas 1000 maiores empresas do planeta.

A Europa caminha para o mercado aberto e potencial em factores humanos e de capital. Este mercado, de 370 milhões de potenciais consumidores, é aberto e com elevada concorrência, mas há sectores que dificilmente entrarão em concorrência só por

si. Como o da electricidade. A concorrência poderá aparecer com energias alternativas, como por exemplo o gás natural.

Um consumidor que tenha as duas alternativas possivelmente consumirá aquela que for acessível em custos. Aí a EDP irá ter concorrência. Para competir terá que haver meios de gestão eficientes que garantirão elevados níveis de venda a preços ajustados à realidade do mercado. A partir daqui pode-se desenhar outro tipo de atitudes e comportamentos na gestão da EDP. A análise do valor é uma ferramenta de gestão a ter em conta em todos os patamares de gestão.

A estrutura do consumo de energia em Portugal é das mais dependentes da Europa dos Quinze, com 80 por cento para o petróleo, 15 por cento para o carvão, donde 98 por cento da energia consumida é importada, juntando a isto um dos preços mais elevados da União Europeia em preço/kw tanto em uso doméstico como industrial. Neste momento o esforço de contenção e esmagamento do preço começa a verificar-se para níveis que nos aproximarão da média da UE, traduzindo-se na indústria em benefícios competitivos.

Sem dúvida tem que haver correcções à tipologia de estruturas de consensos, contando com a entrada do gás natural, em Portugal, e com todas as possíveis alternativas conhecidas que se deverão desenvolver.

Considerando os vários contextos será razoável opinar que o grupo EDP tem potencialidades para o objectivo cometido, o que implica uma reestruturação da gestão, meios técnicos e planeamento estratégico dinâmico efectivo, de forma que a população servida pela empresa pague a energia eléctrica e preços ajustados ao poder de compra, com garantia de qualidade de serviço oferecido e com preocupações ambientais.

Não podemos esquecer que Portugal é o país da Europa dos Quinze que consome por habitante e por cliente menos quantidade de energia e de electricidade; por isso torna-se necessário reflectir com o devido tempo, qual a melhor forma (custos, meios e benefícios) a propor aos

portugueses, o sector eléctrico mais conveniente.

Gostaria de salientar a importância dos recursos humanos na EDP e também no país como estratégia para o seu desenvolvimento.

Sem dúvida, de uma forma global, a gestão dessa riqueza nacional, é mal gerida. Portugal tem cerca de 9 milhões de habitantes com formação escolar quase ao nível da instrução primária, dos quais, cerca de 1/3 são analfabetos, os restantes 1 milhão tem formação que vai até à universidade, nos quais também há analfabetismo do tipo funcional. Neste contexto, é necessário reformular toda política de gestão deste tipo de recursos não se pode admitir que haja discriminações no acesso à formação tanto oficial como profissional.

Não é também admissível que haja profissionais que gastaram ao erário público muitos milhares de contos em escolas superiores e que sejam compelidos muitas vezes a exercerem funções que nada têm a ver com as suas habilitações académicas, o que de facto é negativo, além das prateleiras para os que incomodam nas várias vertentes e em todos os níveis profissionais. Devemos ter presente este problemática porque ela é decisiva para o desenvolvimento de Portugal. Também, é necessário dar oportunidades a todos os trabalhadores de chegarem a lugares cimeiros dentro da estrutura empresarial, independentemente da uma formação académica. Na Alemanha país de grande desenvolvimento económico mais de metade dos decisores económicos não passou pelo ensino superior. Temos que chamar a revolução das mentalidades.

Em Portugal pouco se tem feito no campo da investigação, o que nos coloca numa situação de atraso relativamente à Europa prejudicando o nosso valor acrescentado sustentado. Não se pode aceitar que tanta falta de técnicos se desperdicem e se subaproveitem inteligências para a investigação e em outras áreas produtivas de bens e serviços.

A problemática dos recursos humanos põe em causa todo o desenvolvimento de um país, nos planos de produção da riqueza bem como do discernimento e na formação da opinião pública. É necessário massa crítica em toda a população para gerar opinião nacional.

Entendo que o sector energético deve ser debatido de uma forma participativa como gerador de qualidade de vida dos portugueses. Será necessária a adesão, para a implementação de medidas adequadas à reestruturação do sector e em particular à electricidade.

A abordagem e a análise desta tipologia de questões, técnico-económicas deverá ser acompanhada pela vertente sociológica e epistemológica, como forma abrangente de solução, num mundo global, em mutação constante.

E-mail - costal@mail.pt

PINOCHET

Eduardo Barroso

JULGUEM-NO POR FAVOR!

Ao fazer «zapping» pelos cerca de 40 canais que, actualmente, me proporciona a TvCabo, acabei por ver pela 40ª ou 50ª vez o final do filme «Missing» (o Desaparecido), de Costa Gravas, passado no Chile na época imediatamente a seguir ao golpe militar, desencadeado por Pinochet e os seus lacaios. A história verídica relata o drama de um pai americano (Jack Lemmon), abastado comerciante e apoiante do Partido Republicano, que vai à procura do seu filho jornalista, simpatizante do regime de Salvador Allende, que desaparecera logo após o golpe. A odisséia desse pai, que não podia acreditar que o seu filho pudesse ter sido assassinado, é o retrato vivo do que foi o desrespeito pelos direitos humanos no Chile de Pinochet. No decorrer do filme fica-se a perceber a profunda cumplicidade das autoridades americanas com os golpistas, o papel que a CIA desempenhou no apoio às atrocidades que se seguiram. Os auto-intitulados maiores baluartes da democracia e grandes defensores dos direitos humanos, em todo o mundo, não hesitaram por interesses económicos e geostratégicos apoiar o derrube de um governo que, aprecie-se ou não, tinha chegado ao poder pela força dos votos. O jovem jornalista americano que foi apenas uma das milhares de vítimas da repressão brutal que se instalou na sociedade chilena, serviu de protesto para um dos mais violentos libelos contra o que Pinochet representou nesses anos negros. Jack Lemmon estava longe de ser um apoiante ou sequer simpatizante dos ideais que levaram Salvador Allende ao poder.

O que o levou ao Chile foi apenas o desejo e a esperança de encontrar o seu filho desaparecido e de o trazer de volta para casa. Independentemente de não partilhar seguramente as ideias do filho, ele não podia compreender como é que o seu próprio governo tinha podido ser cúmplice das atrocidades que entretanto foi testemunhando na procura desesperada do seu ente querido.

Tal como esse pai americano típico, foi perdendo aos poucos a esperança de o encontrar com vida, à medida que ia percebendo a dimensão da tragédia de dezenas de milhares de outros pais e familiares que viviam os mesmos dramas. Famílias chilenas inteiras foram perseguidas e dizimadas apenas por terem cometido o crime de acreditar nos valores que Salvador Allende personificava. O próprio presidente chileno acabou por preferir morrer lutando pelos seus ideais, na defesa do palácio presidencial que legitimamente e democraticamente ocupava.

Houve com certeza muitos responsáveis pelos desaparecimentos e assassinatos que se seguiram ao golpe. Mas aquele que mais o personificava e que em última

análise foi o maior responsável foi o general Pinochet que actualmente se encontra em regime de prisão domiciliária algures em Londres. É agora um velho de 83 anos, doente e cansado, que por iniciativa de um juiz espanhol, aguarda a decisão de ser ou não extraditado para Espanha a fim de ser julgado por parte dos seus crimes. Tudo leva a crer que a força dos seus aliados de então, e a má consciência de muitos conservadores britânicos, em particular a sua grande aliada Margaret Thatcher, consigam evitar a sua extradição para Espanha.

Para grande alívio do governo espanhol e

dos seus grandes interesses económicos naquele país da América do Sul. Assim, como para alívio daqueles que no Kosovo, no Kuwait e em muitas outras partes do mundo, não hesitaram em fazer a guerra para defender e salvaguardar os direitos humanos.

Para os milhares de chilenos que foram vítimas impotentes da barbárie de Pinochet e que ainda não viram reparadas as suas perdas, este exemplo de hipocrisia mundial não pode deixar de ser mais uma derrota incompreensível e desumana. Compreendendo o seu desespero e o seu desejo de justiça. Uma justiça que mais

não é que o poder ver julgado o maior assassino da era moderna chilena.

Está velho, doente e cansado? Não me interessa. Está vivo e lúcido e merece, para alívio daqueles que defenderam o valor da vida humana e dos seus direitos, um julgamento exemplar. A televisão portuguesa devia passar urgentemente este filme admirável de Costa Gravas, que por acaso revê há dois dias. E devia, a seguir ao mesmo, promover um amplo debate sobre todas as atrocidades que então se cometeram. Era a melhor maneira do julgamento.

In-DNA-



SAÚDE

João Nóbrega

INEFICIÊNCIA E PARTIDARIZAÇÃO EM VEZ DE COMPETIÇÃO



Os problemas que mais tempo ocupam os órgãos de gestão dos hospitais são os do pessoal.

A agenda decisória afoga-se neste tipo de problemas pois não se preocupa com a procura que é certa e ainda menos com a qualidade da oferta. Ninguém, até ao momento, se preocupou efectivamente com um sistema em que não existe competição. Por muito que custe ouvir isto é contido verdade que é muito mais barato, nos termos actuais, não tratar um doente que o tratá-lo. Ninguém assume, consequentemente, que tratar tardiamente desde o cancro até à gripe, é efectivamente milíssimo mais caro. Além disso, não sendo o doente o centro do sistema, servem-se outros interesses clientelares ou mesmo pessoais.

Sem se centrar o sistema ao utente, tomam-se as mais variadas decisões, sem se medir as implicações com a humanização do sistema. Veja-se, por exemplo, quantas portas estão fechadas com argumentos de segurança, obrigando os doentes a longos e confusos trajectos nos corredores hospitalares. Quantos responsáveis hospitalares já pensaram na dificuldade de encontrar um serviço, apesar das setas ou sinais de cores que até orientam para serviços que, às vezes, já mudaram de



localização? Pode ser uma gota de água, não duvido, mas que a gota enche o copo a primeira ou a última?

Importa, no modelo actual, impor regras, muitas vezes ininteligíveis, ao utente que apenas quer ter acesso ao local de atendimento. Mas no sistema, se houver clínica privada, comparem as regras e descobrirão que para esta tudo é mais fácil. A competição existe mas neste caso entre duas formas de clínica privada, aquela em

que se utilizam os recursos hospitalares e a outra sem os recursos do SNS.

Há que haver competição mas entre o que o SNS oferece e o que é oferecido por empresas privadas. Competir com o recurso aos meios do SNS não me parece nem justo nem saudável para a nossa economia.

Mas no SNS temos baixa produtividade e qualidade, bem como secundarização do utente por excessiva centralização que o torna vulnerável a uma partidarização

inaceitável.

Precisamos de soluções inovadoras e flexíveis, com clara separação entre prestador e financiador, com competição saudável entre o público e o privado, em que o doente tenha voz activa e que em vez da burocracia seja o dinheiro a seguir os doentes.

O SNS tem um conjunto de propostas neste sentido. A Tutela, em boa hora o propôs à discussão, melhoremo-lo. Saibamos estar com as boas propostas separando desde já o trigo do joio.

Sem aplicação de gestão pela qualidade total e mudança na gestão nunca mais se sai deste círculo demoníaco, em que os baixos salários justificam todas as tropelias com a saúde de cada um de nós, pagadores de impostos.

Sem instrumentos para melhoria continuada e sustentada da qualidade, nunca vamos conseguir que a partilha, a participação e a transparência possam ser valores que ajudem a edificar um SNS e pior ainda conduzem a prazo mais ou menos curto à sua destruição.

Saibamos ser solidários.

Tenhamos lucidez de lutar pela igualdade de oportunidades de todos e não apenas dos mais cultos, mais informados, mais ricos ou com melhores amigos.

POLÍTICA

Edite Estrela

O ESPLendor DO PSD



O que se está a passar com o maior partido da oposição traz-me à memória o excelente livro de António Lobo Antunes «O Esplendor de Portugal».

Na literatura, como na política e na vida, é possível encontrar famílias em completa desagregação, onde cada membro, carregando culpas e fantasmas, acumulando raivas e ódios, desenvolvendo vaidades e obsessões, vai contribuindo para o desentendimento geral que a todos conduzirá de desencontro em desencontro até à deriva total.

Na ficção como na realidade, as desavenças não surgem do nada e de repente e nem são idênticas as motivações de cada um. Regra geral, emergem e desenvolvem-se em momentos particularmente críticos, de grandes dificuldades, em contextos que o povo, na sua sabedoria, costuma resumir à máxima: «casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão.» A metáfora do pão a significar necessidade vital para a sobrevivência do todo ou das partes. Ora, para o PSD o que mais falta faz é o poder,

tanto como o pão para o faminto que já foi rico. O desejo de aceder ao poder é a força que move as diferentes facções do «pêpêdê» e do «pêessedê». Para o conquistar, os sociais-democratas estão dispostos a dar o dito por não dito, ir a reboque de quem lhes acene com o paraíso perdido, mesmo que sejam obrigados a engolir sapos e lagartos. E se lhes provarem que só se aliando ao «diabo» e mudando novamente de líder terão alguma hipótese de aumentar o poder que detêm, acreditado que não hesitarão perante tais minúsculas.

Mas enquanto não encontram a fórmula salvífica, todos «ralham» e não se sabe se alguém tem razão. Como diz um amigo meu, ninguém se entende e ninguém os entende. E justifica: «Se Capucho já se atreve a discordar de Barroso e a apoiar Marques Mendes que, por seu turno, é criticado por Pacheco e por Santana Lopes, internos inimigos, é porque o desnorte é grande.»

Diariamente aparecem potenciais candidatos à liderança do partido e desaparecem possíveis candidatos à

Presidência da República. Sucodem-se as críticas e recriminações de parte a parte e os mais mediáticos interessados em qualquer coisa desdobram-se em declarações.

Santana Lopes deixa implícito que Marques Mendes não tem perfil para aspirar à liderança do partido, tal como ele confessa não ter para ministro da Agricultura. Mendes recomenda-lhe que respeite as pessoas se quer ser levado a sério. Perante o «triste espectáculo» que dão ao país, Luís Menezes pede-lhes que «ganhem juízo» e que «se organizem». Não sei se foi para corresponder ao apelo de organização vindo do Norte, que Vieira de Carvalho vem confirmar que sim senhor sempre é candidato a candidato. E logo o agora deputado com mandato suspenso na Figueira mandou entregar à direcção do partido as 3000 assinaturas que obrigam o congresso extraordinário a discutir os estatutos. E se os congressistas aprovarem as «directas», então sim, ele será candidato à liderança.

Durão Barroso parece um líder acossado. Nunca teve chama nem rasgo, mas agora

aparece macilento e atordado, sem ideias e sem rumo. E o pior, na actual conjuntura, é que não tem estratégia nem candidato para as eleições presidenciais. E podia ter tudo isso. Aliás, tinha a obrigação de ter ambas as coisas. Foi um erro de palmatória não ter agarrado desde o início a disponibilidade de Pinto Balsemão. Teria sido o seu seguro de vida política. Agora, parece que é tarde. Os erros políticos pagam-se caro e Barroso tem cometido muitos e pago alguns. Como é do género orgulhoso mas hesitante, começa por falar grosso para depois ceder em toda a linha. Não queria convocar um congresso extraordinário e é obrigado a fazê-lo. Não quer ouvir falar de candidatos às presidenciais e não se fala de outra coisa. E se não for capaz de tirar um candidato credível da cartola, não lhe resta outra saída senão candidatar-se ele próprio. É a vida!

O certo é que com esta telenovela, os sociais-democratas têm tempo de antena assegurado durante os seis meses da presidência portuguesa.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Golfe em Albufeira

Piedade Vieira expõe as suas esculturas em madeira, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, a partir de amanhã e até ao dia 20.

A mostra poderá ser visitada diariamente, entre as 10 e 30 e as 17 horas, encerrando aos domingos e feriados.

O colóquio «José Saramago: Percursos de Escrita», a proferir por Ana Paula Arnaut, realiza-se no dia 5, pelas 15 horas, no Auditório Municipal.

O primeiro torneio de golfe amador do Vilamoura Marinotel disputa-se, a partir de sábado e até ao dia 12, em vários campos do Algarve, na modalidade de *Stableford*. Com a designação de «1st Amateur Golf Stars Week 2000», o torneio vai ser jogado em 18 buracos nos campos de golfe de Vila Sol, Pinhal, Old Course (todos em Vilamoura) e Salgados, no concelho de Albufeira.

Concerto em Amarante

Numa organização da autarquia local, decorre no próximo sábado, dia 5, às 21 e 30, na Igreja do Mosteiro de São Gonçalo, um concerto a cargo da Orquestra do Norte, com direcção do maestro Henrique Bátiz, e tendo como solista a violinista Leticia Munoz.

O programa deste espectáculo inclui composições de Mozart, Saint-Saens e Mendelssohn.

Teatro em Braga

A partir de hoje e até ao dia 12 o Espaço Alternativo acolhe a peça «Aconteceu Amanhã», de Dario Fo (Prémio Nobel da Literatura em 1997) e Franca Rame, interpretado pela actriz Júlia Correia.

«Aconteceu Amanhã» tem tradução de Regina Guimarães, encenação de Rogério de Carvalho, direcção plástica de Moura Pinheiro e banda sonora original de Frederico Serrano.

Artes Plásticas em Coimbra

«O Cinema e o Valor da Fraternidade» é o nome do ciclo organizado e exibido pela Casa Municipal da Cultura que hoje, às 15 e 30, convida a (re)ver um grande sucesso de Ridley Scott: «Thelma e Louise».

O agrupamento Ensaio Vocal canta Chico Buarque, hoje, no Café Concerto, pelas 22 horas

Até sábado terá oportunidade de apreciar a exposição da artista plástica Célia Machado, intitulada «A Solidão como Secreta Soberania», patente na Factum – Galeria de Arte.

Cinema em Faro

A partir de amanhã e até ao dia 10, o Cinema Santo António exhibe o filme «O

Coleccionador de Ossos», uma estreia nacional.

O épico de Luc Besson, com Milla Jovovich e Dustin Hoffman, «Joana D'Arc», é a sugestão apresentada para o mesmo período pelo Cinema Golden City.

A comemoração dos 75 anos da primeira viagem aérea entre Lisboa e Macau passa por uma exposição patente no Museu do Ar – Conservatório Regional do Algarve, aberta ao público até ao domingo, dia 13.

Milénio em Guimarães

A autarquia guimaranense promove, a partir deste sábado e até ao dia 4 de Março, o Festival de Inverno, uma iniciativa inserida no âmbito do Festival do Milénio, organizado para dar a conhecer iniciativas inéditas ligadas a áreas tão diversificadas como a música, o teatro, as artes plásticas, a etnografia, o desporto, o cinema e a leitura, assim como potenciar as edições 2000 dos eventos já habituais na cidade.

Ópera em Lisboa

O reconhecido pianista Sequeira Costa interpreta, amanhã, pelas 19 horas, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, obras de Bach, Beethoven, Chopin, Ravel e Strauss.

A ópera «Lucia Di Lammermmor», de Gaetano Donizetti, estreia no palco do Teatro Nacional de São Carlos no próximo sábado, dia 5, quando passam dezoito anos desde a sua última representação em Lisboa.

A obra de Donizetti sobe à cena numa produção original da Ópera de Zurique, estando a direcção musical a cargo de Paolo Arrivabeni, com encenação do canadiano Robert Carsen.

Em palco, a cantar os amores e desamores de Lucia e Edgardo, vão estar Sumi Ju e o português José Brios e, para contrariar o romance do par enamorado, José Fardilha encarnará Enrico, o irmão materialista de Lucia.

«O Erro Humano» é o nome da peça que o Teatro da Comuna leva ao palco, até ao

dia 13, na Sala das Novas Tendências Cénicas.

O espectáculo, encenado por José Carretas, pode ser visto de quinta a sábado, às 21 e 30 e domingo pelas 17 horas.

A Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do São Carlos completam o elenco em cartaz desta «Lucia Di Lammermmor», que data de 1835.

«Abecedário» no Porto,

O Auditório Nacional Carlos Alberto apresenta, de 5 a 13 de Fevereiro, a produção «Abecedário», do grupo As boas raparigas vão para o céu, as más para todo o lado.

O espectáculo, com encenação de Rogério de Carvalho, é composto por textos de Heiner Muller, que a companhia encenadora considera um dos «mais aclamados, influentes e controversos» escritores de teatro europeu.

A comemorar 102 anos de existência, o Auditório Nacional Carlos Alberto (ANCA), tem patente desde o dia 20 de Janeiro a instalação/performance «O Lado Belo da Vida», do grupo de artistas plásticos 110 W.

A instalação está aberta gratuitamente ao público todos os dias até ao dia 13.

Teatro virtual em Sintra

O sistema de visão mágica – Teatro Virtual «Os Portugueses no Japão do Século XVI», situado no interior do Parque da Liberdade, na Volta do Duche, encontra-se já aberto ao público.

Recorde-se que este equipamento esteve em exibição no Pavilhão do Japão, durante a Expo'98, e permite que o público visionasse os primórdios do intercâmbio cultural entre os dois povos.

Durante o Inverno, o espectáculo poderá ser apreciado diariamente entre as 10 horas e as 12 e 30, ou das 14 às 16 horas, encerrando às segundas e terças-feiras. As visitas carecem de pré-marcação telefónica (21-9106434).

SUGESTÃO

NEFERTITI

A ópera «Nefertiti» chegou à metrópole alfacinha na passada sexta-feira, dia 28 de Janeiro, inaugurando a nova temporada da companhia do Teatro Nacional D. Maria II.

No entanto, os primeiros espectáculos da temporada são fruto de uma co-produção com o Inatel, sendo apresentados no Teatro da Trindade, onde a mega-produção permanecerá até 19.

A ópera-teatro «Nefertiti», da autoria de José Júlio Lopes e Luís Carmelo, é um projecto multimédia interativo que conta a história da infidelidade de uma mulher poderosa que não cedeu a razões políticas e sociais para se manter fiel à nova paixão. Conhecida como um símbolo da beleza feminina, Nefertiti, mulher do faraó egípcio Ahkenaton, viveu um dos reinados mais importantes da história do Egipto, a partir do qual se pode traçar a gênese das religiões monoteístas modernas, sobretudo pela figura de Moisés.

Para os apreciadores do grande e completo espectáculo que constitui uma ópera, mas que também se apaixonam por recriações de épocas históricas ricas em legados e fantasias, «Nefertiti» é, simplesmente, um convite demasiado tentador para resistir. Não perca!

**POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca**

A vida

*Povo sem outro nome à flor do seu destino;
Povo substantivo masculino,
Seara humana à mesma intensa luz;
Povo vasco, andaluz,
Galego, asturiano,
Catalão, português:
O caminho é saibroso e franciscano
Do berço à sepultura;
Mas a grande aventura
Não é rasgar os pés
E chegar morto ao fim;
É, nunca, por nenhuma razão,
Descrer do chão
Duro e ruim!*

Miguel Torga
In «Poemas Ibéricos»

Palavras que nos ficam da usura dos dias

POESIA SONORA

7 de Fevereiro

Américo Rodrigues – poesia e voz

Gregg Moore – tuba e trombone

ROBYN ROWLAND

(declamada pelo próprio)

9 de Fevereiro

Café Teatro - Coimbra, 22 horas



A EUROPA ACORDOU?

A construção progressiva e voluntarista da Europa tem sido uma realidade inquestionável. Assente em três pilares, a integração europeia vai-se fazendo satisfatoriamente indiferente à desigual dimensão desses três níveis e às dificuldades maiores ou menores que se colocam a cada um. É assim que o pilar económico e monetário já pôde conduzir-nos a um nível de integração razoável bem expresso no facto de a Europa ter (mesmo quando o cidadão comum ainda não o percebe) a sua moeda única – o euro. É assim também na área da justiça e dos assuntos internos, onde os progressos recentes têm sido significativos, em boa parte por impulso do Comissário António Vitorino, estando mesmo no limiar da obtenção de um consenso sobre a formulação de uma Carta de Direitos Fundamentais vinculativa para o espaço da União. É assim, na área da política externa e de segurança comum onde, finalmente, se obteve consenso sobre a nomeação do respectivo responsável e paulatinamente, se vai deixando cair, tabu após tabu, os

obstáculos que ainda existem, e são fortes, à harmonização e integração de uma política de defesa comum e à definição de uma voz única representativa dos interesses políticos da Europa. Quis, contudo, a história que a Presidência Portuguesa, para lá dos complexos objectivos que se fixou a si própria e que seguramente a transformarão numa notável realização a favor da Europa, se visse contemplada com mais um problema essencial à própria natureza constitutiva da União. Refiro-me naturalmente à eventualidade de, no seu seio, vir a verificar-se, a curto prazo, a existência de um governo, o austríaco, assente numa coligação com uma componente xenófoba, racista e anti-europeia. O teste que este desafio constitui é facilmente compreensível. O Conselho podia calar-se, valorizando o taticismo e a inércia, eventualmente escudado no princípio indiscutível da garantia da não interferência nos assuntos internos de cada membro. O Conselho podia reagir enunciando um conjunto de preocupações, mas sobretudo definindo um conjunto de medidas e

comportamentos que, sem pôr em causa aquele princípio, constituísse um alerta, uma pedagogia e uma orientação. O Presidente do Conselho Europeu, António Guterres, não hesitou; desdobrou-se em contactos e iniciativas e obteve uma posição comum a 14, que independentemente dos seus resultados, a curto prazo, marcará indelevelmente o futuro da Europa. Que assim é prova-o o facto de a COSAC (Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos Nacionais e do Parlamento Europeu) através da «troyka» reunida no passado dia 31 em Lisboa, sob a Presidência do signatário, ter reflectido esta mesma preocupação. Nesta reunião estiveram presentes representantes de partidos socialistas e conservadores e isso não pôs em causa a unanimidade da decisão, tal foi a força da convicção manifestada. Foi acordado que a situação política austríaca é preocupante porque existe a possibilidade de um partido xenófobo e de extrema-direita não democrática participar numa coligação governamental. Quer dizer: A Europa acordou! E felizmente acordou na Presidência Portuguesa.

«Santana Lopes seria uma calamidade como líder e é inverosímil como primeiro-ministro»
José António Saraiva
Expresso, 29 de Janeiro

«Em nome do sacrossanto mercado emergem monopólios e oligopólios que destroem a livre concorrência»
Alfredo Barroso
Expresso, 29 de Janeiro

«Se a cultura estiver condicionada ao mercado, isso representará uma limitação enorme. O Estado deve, como consequência, ter um papel intervencionista firme, embora prudente»
Manuel Maria Carrilho
Visão, 27 de Janeiro

«O mundo continua a girar, a economia global faz o seu percurso de colisão com os ecossistemas terrestres, gerando catástrofes ambientais, conferindo sentido à falta de sentido da nossa "vidinha" consumista»
Carlos Carranca
Jornal de Coimbra, 27 de Janeiro

«Ninguém escreve como eu»
António Lobo Antunes
Revista «Pública», 30 de Janeiro

«Escrever protege-me do sofrimento»
Idem, ibidem

«Tomara eu ter talento para ser poeta»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz